



INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO



**O PATRIMÓNIO E A OFERTA TURÍSTICA COMO
POTENCIADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**
Contributos para Plano Municipal de Cultura e Turismo de Baião

Manuel António Pereira da Silva

Lamego, 2019

Instituto Politécnico de Viseu
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego

**O PATRIMÓNIO E A OFERTA TURÍSTICA COMO
POTENCIADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**

Contributos para Plano Municipal de Cultura e Turismo de Baião

Manuel António Pereira da Silva

Dissertação apresentada à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego para a obtenção do grau de Mestre em Gestão do Património Cultural e Desenvolvimento Local.

Orientação

Professoras Doutoradas

Didiana Margarida Fachada Lopes Fernandes

Isabel Cristina Pereira Vieira

Lamego, 2019

A arte de um povo é a sua alma viva, o seu pensamento, a sua língua no significado mais alto da palavra; quando atinge a sua expressão plena, torna-se património de toda a humanidade, quase mais do que a ciência, justamente porque a arte é a alma falante e pensante do homem, e a alma não morre, mas sobrevive à existência física do corpo e do povo.

Ivan Turgueniev

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho representa o produto final de um árduo caminho percorrido, envolto de muita dedicação e investimento pessoal. Para a sua realização, passo por passo, muito contribuiu um conjunto restrito de pessoas, às quais pretendo deixar assinalado nesta página os meus leais agradecimentos:

Em primeiro lugar, à minha família, pelo apoio incondicional e pelos carecidos encorajamentos que se revelaram imprescindíveis para a concretização deste estudo.

Às Professoras e Orientadoras pela prestabilidade e visão crítica, cujas diretrizes vieram enriquecer amplamente o meu trabalho.

A todos os Professores deste curso de Mestrado, pela instrução base de conhecimentos e saberes, que se traduziu por uma estimulação intelectual valiosa.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a consecução deste estudo.

A todos, um reconhecido bem-haja.

RESUMO

Ao longo desta dissertação pretende-se explorar o conceito de património e compreendê-lo como fator identitário de uma comunidade, evidenciando a importância da sua preservação, valorização e promoção. A revisão de literatura centra-se ainda nas particularidades que o turismo nos oferece, estando ele enquadrado no contexto do desenvolvimento local sustentável, ao passo que estabelece uma relação paralela com a gestão do património de um território.

Desenvolvido numa perspetiva de estudo de caso, a investigação suportou a realização de um inquérito por questionário, aplicado à população de Baião, tomando como ponto de partida a análise de possíveis contribuições para o desenvolvimento local sustentado.

Os resultados revelaram que o território em análise ostenta potencialidades notáveis, tanto no que se refere aos valores patrimoniais como aos valores culturais, sendo que o enriquecem e o particularizam como concelho. A metodologia adotada permitiu auferir dados, em linha com os eixos temáticos da investigação, que nos deram conta das opiniões dos seus habitantes relativamente à forma como compreendem o património patenteado pelo município e sobre as atividades de intervenção aí desenvolvidas no âmbito cultural, perspetivando melhorias.

Tomando a promoção de mudanças sistémicas como sendo o sustento desta abordagem, espera-se que o produto desta investigação opere como estímulo ao aprimoramento dos Programas Municipais de Cultura e Turismo vindouros, na autarquia de Baião.

Palavras-chave: Património, Turismo, Desenvolvimento Local, Sustentabilidade

ABSTRACT

Throughout this dissertation we intend to explore the concept of heritage and to understand it as an identity factor of a community, highlighting the importance of its preservation, enhancement and promotion. The literature review also focuses on the particularities that tourism offers us, and is framed in the context of sustainable local development, while establishing a parallel relationship with the heritage management of a territory.

Developed from a case study perspective, the research supported the conduct of a questionnaire survey, applied to the population of Baião, taking as a starting point the analysis of possible contributions to sustainable local development.

The results revealed that the territory under analysis has remarkable potentialities, both in terms of heritage values and cultural values, enriching and particularizing it as a county. The methodology adopted allowed us to obtain data, in line with the thematic axes of the research, which informed us of the opinions of its inhabitants regarding the way they understand the patented heritage of the municipality and the intervention activities developed there in the cultural field, with a view to improving them.

Taking the promotion of systemic changes as the support of this approach, it is expected that the product of this investigation will act as a stimulus for the improvement of the Municipal Culture and Tourism Programs coming, in the municipality of Baião.

Key-words: Heritage, Tourism, Local Development, Sustainability

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

OMT – Organização Mundial de Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PMCT – Plano Municipal de Cultura e Turismo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UNWTO - *United Nations World Tourism Organization*

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	v
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vii
ÍNDICE GERAL	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xiii
ÍNDICE DE TABELAS	xv
INTRODUÇÃO.....	1

I PARTE – ENQUADRAMENTO CONCEITUAL E TEÓRICO DO ESTUDO

<i>Do património ao desenvolvimento sustentável no contexto do turismo</i>	5
Capítulo 1 – PATRIMÓNIO: ABORDAGENS TEÓRICAS	7
<i>1.1 - A origem e a evolução do conceito de património</i>	7
<i>1.2 - Tipologias de património</i>	13
<i>1.3 - O património como símbolo identitário</i>	16
<i>1.3.1 - Identidade</i>	16
<i>1.3.2 – Dicotomia de identidades</i>	17
<i>1.3.3 - Identidade cultural e património - relações patentes</i>	19
Capítulo 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DO TURISMO CULTURAL	21
<i>2.1 – Desenvolvimento e sustentabilidade: conceitualização e abordagens paralelas.</i>	21
<i>2.1.1 – Conceito de desenvolvimento.</i>	21
<i>2.1.2 – Desenvolvimento local e sustentabilidade</i>	23
<i>2.2 – Alguns potenciadores de desenvolvimento local: Património vs. Turismo</i>	31
<i>2.2.1 – Turismo: conceito e definições</i>	31
<i>2.2.2 – Contributos do património e do turismo para os ODS</i>	35
<i>2.2.3 – Gestão sustentável do património e do turismo</i>	37

II PARTE – ESTUDO DE CASO	43
Capítulo 3 – CONCELHO DE BAIÃO EM ANÁLISE	45
3.1 – <i>Enquadramento geográfico e socioeconómico</i>	45
3.2 – <i>Os principais pontos de interesse turístico do município de Baião</i>	48
3.3 – <i>Dinâmicas culturais no âmbito do Plano Municipal de Cultura e Turismo</i>	56
Capítulo 4 – APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO METODOLÓGICO	59
4.1 – <i>Opções e procedimentos metodológicos</i>	59
4.1.1 – <i>Amostragem</i>	60
4.1.2 – <i>Método de recolha de dados</i>	60
4.2 – <i>Análise estatística e discussão dos resultados</i>	61
4.2.1 – <i>Caracterização do inquirido</i>	61
4.2.2 – <i>Conhecimento e valorização do património de Baião</i>	64
4.2.3 – <i>Identidade cultural e desenvolvimento local</i>	68
CONCLUSÃO	73
BIBLIOGRAFIA	75
ANEXOS	79
<i>Inquérito por questionário aplicado no âmbito do estudo efetuado</i>	81

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Os três pilares do desenvolvimento local.....	24
Figura 2 – Dimensões do conceito desenvolvimento local	25
Figura 3 – Os três pilares da sustentabilidade	27
Figura 4 – Objetivos de desenvolvimento sustentável	28
Figura 5 – Os “4 Ps” da sustentabilidade do turismo cultural	41
Figura 6 – Localização do concelho de Baião, freguesias e limites.....	45
Figura 7 – Mancha gráfica da oferta turística do concelho de Baião	49
Figura 8 – Principais resultados da investigação.....	72

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição do grau de conservação do património local	65
Gráfico 2 – Distribuição do grau de informação sobre as manifestações culturais.....	66
Gráfico 3 – Distribuição do grau de satisfação em relação às manifestações culturais	67
Gráfico 4 – Distribuição do contributo das atividades do âmbito cultural	69
Gráfico 5 – Distribuição da participação nos eventos culturais	69
Gráfico 6 – Distribuição do impacto do PMCT na identidade cultural do povo Baionense	70

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Componentes/dimensões necessários ao desenvolvimento	23
Tabela 2 – Os cinco vetores que norteiam a estratégia de desenvolvimento local.....	29
Tabela 3 – Dados relativos à residência, envelhecimento e crescimento populacional	47
Tabela 4 – Dados da escolarização no concelho de Baião	47
Tabela 5 – Taxa de desemprego e poder de compra no concelho de Baião	48
Tabela 6 – Inventário da categoria “Alojamento” da oferta turística de Baião	50
Tabela 7 – Inventário da categoria “Restauração” da oferta turística de Baião	51
Tabela 8 – Inventário da categoria “Monumentos” da oferta turística de Baião	53
Tabela 9 – Distribuição da variável Género	62
Tabela 10 – Medidas descritivas da variável Idade por Género.....	62
Tabela 11 – Distribuição da variável Grau de Escolaridade.....	63
Tabela 12 – Distribuição da variável Freguesia de Residência	63
Tabela 13 – Distribuição do grau de informação sobre os elementos culturais e patrimoniais	64

INTRODUÇÃO

A globalização ostenta-se como uma realidade incontornável, impulsionada por movimentos internacionais que, por sua vez, são acelerados pelo desenvolvimento tecnológico da atualidade. A par deste fenómeno de interação, de cariz dinâmico e integrado, as dissemelhanças culturais proliferam, despontando desta forma um tendencial interesse turístico internacional para a valorização do que é especificidade local, como sejam os recursos culturais que cada território procura oferecer.

Focando a tendência emergente da indústria turística, este fenómeno tem contribuído fortemente para a valorização da bagagem local, nomeadamente no que diz respeito ao património, na medida em que desprende uma série de movimentos locais, operados de forma cooperativa e integrada por múltiplos agentes, com a pretensão de contribuir para a diversificação e aprimoramento da oferta. Estas manobras estratégicas poderão traduzir-se no desenvolvimento das suas infraestruturas básicas, na preservação do património, na estruturação de produtos turísticos, na captação de investimento turístico, no marketing territorial, entre outros. Concludentemente, as comunidades locais e o próprio território acabam por beneficiar das potenciais mais-valias do desenvolvimento turístico.

A capacitação dos destinos antevê um crescimento sustentado do setor turístico capaz garantir não somente a salvaguarda do ambiente e dos recursos naturais, mas também de gerar um profundo impacto na economia regional, nomeadamente através da criação de novos postos de trabalho e da dinamização do comércio local, restituindo com o crescimento económico e a melhoria das condições de vida da população.

Esta temática tem sido alvo de amplas reflexões (Carbone, 2006; Vieira, 2014). E tendo em consideração que o crescimento e o progresso são o ponto de partida para as mudanças sociais e económicas, futuramente será ainda mais premente tomar esta problemática como objeto de análise. Porquanto é de reparar que, de uma forma generalizada, os países estão a servir-se amplamente desta relação para instigar o próprio crescimento socioeconómico.

Assim, estudar o património e a oferta turística como potenciadores de desenvolvimento sustentável de um espaço territorial restrito, exprime aqui todo o seu interesse. A metodologia utilizada neste estudo assentou, essencialmente, em duas etapas. A primeira etapa corresponde à pesquisa e análise de material bibliográfico, que incidiu

fundamentalmente em dissertações e artigos científicos sobre a problemática em estudo. A segunda etapa diz respeito à operacionalização dos quesitos que a seguir se colocam.

Em respeito ao desenvolvimento teórico definiu-se como objetivo geral compreender a relação (fonte financeira versus produto turístico) de interdependência presente entre a indústria do turismo e o património, quando manifestamente se mistura com os objetivos do desenvolvimento sustentável das sociedades e dos territórios.

Foram ainda traçados os seguintes objetivos específicos: explorar o conceito de património e compreendê-lo como fator identitário de uma comunidade; evidenciar a importância da preservação, valorização e promoção do património; compreender particularidades do turismo; enquadrar o desenvolvimento local sustentável no contexto do turismo cultural; e, ainda, analisar as contribuições do património e do turismo para o desenvolvimento local sustentado.

Por sua vez, para o estudo de caso elegeu-se o concelho de Baião e pretende-se, mais especificamente, investigar a opinião dos Baionenses em relação ao património existente na região e averiguar se a comunidade está receptiva às atividades de intervenção desenvolvidas no âmbito cultural. Esta investigação tem por principal finalidade recolher eventuais contributos à elaboração do Plano Municipal de Cultura e Turismo (PMCT) do concelho, ou seja, a extração de dados que permitam formular recomendações perspetivando melhorias no âmbito da produção de futuros planos.

A escolha do tema em volta do estudo de caso deve-se ao facto de Baião ser o concelho de onde sou natural, sendo também o local onde resido e onde desempenho funções laborais. Este estudo constitui, para além do fim académico, uma oportunidade para satisfazer uma curiosidade pessoal, já que considero importante que se conheçam as opiniões dos intervenientes, pois ao conhecê-las estamos mais seguros do conhecimento que sustentamos e temos mais probabilidade de vir a desenvolver ações que vão de encontro às necessidades e motivações dos cidadãos.

Para sua consecução, este estudo integra um inquérito por questionário aplicado aos habitantes do concelho de Baião, o tratamento da informação recolhida e posterior discussão com a análise dos resultados. O intuito da aplicação deste instrumento foi o apuramento do grau de reconhecimento e de valorização atribuído pelos habitantes ao património do seu concelho de residência e, nomeadamente, também a opinião detida pelos mesmos em relação

ao contributo que os eventos e os projetos culturais no âmbito do PMCT difundem para o desenvolvimento local.

No que se refere à estrutura, o trabalho desenvolve-se em quatro capítulos, para além do introdutório que aqui se apresenta. O Capítulo 1 da primeira parte – *Património: abordagens teóricas* – integra um conjunto de ideias que materializam, sobretudo, matérias que estão relacionadas com o conceito de património e de identidade, ao passo que se propõe uma análise sobre a relação que deriva entre estes dois conceitos. O Capítulo 2 – *Desenvolvimento sustentável no contexto do turismo cultural* – constitui a segunda parte do suporte teórico deste estudo e decorre de uma breve revisão da literatura sobre os conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento local, sustentabilidade e de turismo. Revisa, ainda, a correlação que vigora entre o património e o turismo cultural, identificada como um importante recurso para o desenvolvimento local, fazendo parte das variáveis-chave no âmbito dos instrumentos de gestão territorial.

Na segunda parte deste estudo, pretendendo inteirar-se das particularidades municipais, procede-se no Capítulo 3 – *Concelho de Baião em análise* – à caracterização do espaço territorial em causa, bem como ao levantamento dos seus principais pontos de interesse turístico e das dinâmicas culturais realizadas num período recente. O Capítulo 4 e último – *Aplicação do instrumento metodológico* – elucida sobre as opções e procedimentos metodológicos adotados. Dando seguimento à operacionalização deste estudo, são tidos em consideração os dados recolhidos através do inquérito realizado e expostas as considerações resultantes do estudo estatístico. Após a análise dos dados, faz todo o sentido proceder à sua interpretação e perceber as implicações práticas que este estudo de caso pode ter, em particular, no território em análise.

Por fim, um espaço reservado à *Conclusão* e considerações acerca do que poderá advir após este trabalho.

**I PARTE – ENQUADRAMENTO CONCEITUAL E TEÓRICO DO
ESTUDO**

Do património ao desenvolvimento sustentável no contexto do turismo

Capítulo 1 – PATRIMÓNIO: ABORDAGENS TEÓRICAS

A compreensão da problemática considerada essencial num trabalho desta natureza supõe o aprofundamento de alguns conceitos. Nesse sentido, as temáticas apresentadas de seguida, contextualizam as linhas da evolução do conceito de património, do sentido tradicional e reducionista à perspectiva contemporânea amplificada. Patenteia-se, ainda, a classificação do património, por diferentes perspetivas, e analisa-se o património enquanto símbolo identitário de uma comunidade então residente num determinado espaço territorial.

1.1 A origem e a evolução do conceito de património

Em primeiro lugar, se nos demarcarmos pelas escalas do tempo, devemos perceber a facilidade com que podemos encontrar dissemelhanças entre as inúmeras definições sobre aquilo a que vem a ser o “património”. Até ao conceito ostentado da forma como o conhecemos hoje, a noção de património sofreu uma considerável transformação (Café, 2007).

Efetivamente, o entendimento de vários autores quanto à definição de património vai no sentido de uma pluralidade de definições, já que a noção de património não exprime sempre o mesmo conceito quando é encarado numa linha de multiplicidade de períodos, lugares e mentalidades. Assim nos confirma Cerveira (2014), referindo que a pesquisa de uma noção vigente para o conceito de património:

(...) pressupõe sempre uma grande ginástica intelectual e um grande esforço de libertação dos ditames culturais que nos envolvem e se encontram profundamente enraizados na sociedade ocidental e que gostamos de ver como modelo civilizacional (p.21).

A palavra *património* é originária do termo latino *patrimonium* e este, por sua vez, proveniente do termo - *pater* (pai). Ao que tudo indica, o vocábulo terá surgido da necessidade de designar o bem ou o conjunto de bens que o *pater* deixa ao seu filho (Carbone, 2006).

Como refere Café (2007), a noção de património surge “(...) ligada ao conceito de herança paterna, bens de família e propriedade, reportando-se a uma herança, um legado recebido dos antepassados e que deveria ser transmitido aos descendentes” (p.20).

Se o termo património começa a ser usado de uma forma muito restrita e muito vaga na referência às propriedades de um indivíduo ou de uma família, mais tarde, quando surge estreitamente associado aos museus, o conceito prossegue igualmente bastante circunscrito. Porquanto, neste período, o património é encarado como um conjunto de meros vestígios materiais deixados pelos povos das gerações passadas.

Nos finais do século XVIII, mais particularmente na aurora da Revolução Industrial e no contexto da Revolução Francesa, esse desígnio alarga-se, fazendo sentido a partir dessa data falar em património como propriedade cultural coletiva.

Cordeiro (2016), remetendo para Cabral (2011), alude à designada “*barbárie cega*” como um acontecimento marcante vivido no contexto social da Revolução Francesa, do referido século - o resguardo da arte nos museus e a destruição de tudo o que fosse referência ao Antigo Regime. Esta deliberação:

É reconhecida também como a génese do atual conceito de património, uma vez que a distinção consciente entre o que deve ser ou não preservado, a conservação dos objetos patrimoniais em museus apartados da sua funcionalidade original, a atribuição de significado simbólico a determinado tipo de bens, são características de uma visão contemporânea de património cujas origens remontam a este período (s/p).

Nem tudo o que constitui herança do passado pode ser considerado património. “*O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que a população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural que a população deseja legar ao futuro*” (Silva, 2000, p. 218). Nesta perspetiva, o património, para além de outros aspetos, constitui a bagagem não só material, mas de instrução e de saber, que determinada população delibera transmitir para as gerações vindouras. Como tal, é fundado num processo de seleção, natural e ocasional ou ponderado e intencional, e que, de tal modo, é herdado coletivamente. Esta é uma nova abordagem em torno do conceito de património, seja aquele conjunto de bens que pertence a uma sociedade e que é fruto de uma escolha seletiva.

Nesta sequência de pensamento, e segundo Café (2007), “*(...) deduz-se que aquilo que pode ser considerado património dependerá do que uma determinada comunidade ou grupo de pessoas, numa determinada época, considera digno de ser legado às gerações futuras*” (p. 21).

A propósito da seleção cultural consciente entre os bens, que devem ser ou não preservados, é de referir que essa escolha é feita considerando o que é mais representativo da identidade,

da história e da cultura de um povo, e desconsiderando aquilo que menos o patenteia. Esta noção de património, “(...) *trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época*” (Silva, 2000, p. 218).

No entanto, essa seleção nem sempre é (de todo) inocente. De um ponto de vista genérico, trata-se de uma espécie de filtragem e limpeza, que sucede de uma necessidade estratégica de valorizar certas influências (que compõem apenas uma fração de toda a diversidade), precisamente porque estas representam, no fundo, aquilo que se deseja que predomine, em detrimento de outros elementos considerados menos tolerantes (as impurezas). A esse respeito, exemplifica-se com “(...) *o que aconteceu com o período árabe do espaço ibérico, agora português, até praticamente aos tempos atuais. Ainda hoje temos sérias dificuldades em aceitar a herança árabe, a influência da cultura berbere, as afinidades evidentes com os povos árabes, do Magrebe e do Norte de África*” (Cerveira, 2014, pp. 19-20).

Este quadro da “manipulação” cultural leva-nos a considerar as palavras de Rodrigues (2016), que designa o seguinte:

É importante realçar esta ideia da manipulação ideológica do que pode ser ou não património; quem decide o que é relevante preservar é um determinado grupo (elite) e não o coletivo (povo) como um todo. Neste sentido, o património é um constructo social (...), é uma invenção, ou por outras palavras, uma versão apenas de uma parte do conjunto das ações humanas, num determinado período histórico (p. 4).

Nesta ordem, é de referir também, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, ou seja, a entidade internacional *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO).

A UNESCO auxilia as Nações Unidas a gerir o seu desenvolvimento, transversalmente ligado à preservação dos recursos naturais e culturais. A UNESCO tem a responsabilidade de nomear e certificar os sítios Património da Humanidade. Para esse efeito, a UNESCO conta com o apoio de diversos países, visando a preservação, proteção e divulgação de lugares naturais ou culturais que devam ser considerados parte integrante da Herança Comum da Humanidade, salvaguardando determinado património para que as gerações vindouras o possam conhecer e usufruir (Lopes, 2016, p. 11).

O património é potencializador de conhecimento, porque gera aprendizagem através do contacto direto ou indireto com os bens que o constituem. Esse contacto vem dar consistência às informações dos textos históricos, que não são mais do que abstrações, bem como

possibilita a perceção e a visão histórica da realidade dos nossos antepassados. Como tal, é necessária a garantia da sua salvaguarda, para o benefício de gerações futuras.

Neste sentido, Lopes (2016) situa no tempo os principais instrumentos de salvaguarda, valorização, sensibilização, dinamização e preservação do património consagrados pela UNESCO, tendo em vista o cumprimento dos objetivos acima enunciados.

Em primeiro, referente a 1972, a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, dando-nos conta que “(...) *o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava*”. O mesmo documento elucida-nos que as “(...) *convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstram a importância que constitui, para todos os povos do mundo, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam*”.

No âmbito do nosso país, só em 1985 é então publicada a Lei n.º 13/85 - Lei de Bases do Património Cultural - que determina assim a preservação, a defesa e a valorização do património cultural como um direito e acima de tudo um dever de todos os cidadãos.

Posteriormente, em 2001, surge a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro - Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural. Acerca do objeto e dos princípios basilares, podemos ler no Artigo 1.º deste diploma o seguinte:

A política do património cultural integra as ações promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efetivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.

Também o Artigo 3.º da mesma Lei refere a tarefa fundamental do Estado – a salvaguarda e valorização do património cultural – através da qual deve “(...) *assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular*”.

Nesta sequência, surge em 2003 a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, publicada pela UNESCO. De referir que posteriormente, em 2008, Portugal mais uma vez ratifica a Convenção consagrada pela UNESCO, deliberando legislação interna específica para a proteção do património português, tendo neste sentido exposta a

importância do património cultural imaterial, proclamando-o como “(...) *principal gerador da diversidade cultural e garantia do desenvolvimento sustentável*”.

Mais tarde, em 2006, a Lei Orgânica do Ministério da Cultura surge com o Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro, preconizando o Ministério da Cultura à definição e à execução de uma política integrada, com vista à “(...) *salvaguarda e valorização do património cultural, no incentivo à criação artística e à difusão cultural, na qualificação do tecido cultural e na internacionalização da cultura portuguesa*”.

Pelo que até aqui se consignou, percebe-se que ao longo dos tempos se foram ampliando os limites envoltos do conceito, bem como o grau de importância atribuído ao património cultural.

Nunca será demais aludir a transformação de pensamentos que ocorreu envolta da missão de conservação do património cultural, que embora seja tutelada pelo Estado nacional e por diversas instituições internacionais, é hoje encarada como uma responsabilidade de todos os cidadãos. Nesta circunstância, percorremos um trajeto que nos obriga à tentativa de uma definição contemporânea de património cultural.

Mas então de que se trata o património? Visto por uma definição clássica, o conceito de património refere-se ao legado (uma herança) do passado e que se vai transmitindo às gerações futuras. Ainda que esta definição não tenha perdido validade, “(...) *não podemos entender o património apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico*”, ou seja, património não se restringe unicamente às manifestações materiais de cultura criadas pelo Homem, como sejam aquelas que “(...) *têm uma existência física num espaço e num determinado período de tempo*” (Silva, 2000, p. 218). Quando pensamos em património (senso comum), associamos vulgarmente apenas ao património material. Porém, património não se atém apenas aos bens físicos deixados pelos nossos antepassados, refere-se também àqueles que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais, como tal é o exemplo apresentado pelas autoras Santana e Simões (2015):

O conceito de património baseia-se nos valores simbólicos que irão distinguir o bem cultural como singular, evocando não apenas sua história, mas também sua memória e sua cultura para os contemporâneos e/ou seus descendentes. (...) Nesse sentido, as festas populares são um exemplo dessa reconfiguração em que o passado e o presente se entrelaçam nos rituais festivos (p. 96).

Neste âmbito, podemos aludir, em primeiro lugar, o Artigo 2.º da já referida Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que acerca do conceito de património cultural português, declara que dele fazem parte “(...) *todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização*”. Deste excerto podemos retirar que, tratando-se do reflexo das características próprias de um povo, este conjunto de bens deve ser considerado de interesse relevante para a permanência e, com base neste princípio, refletirá valores de memória coletiva, através do tempo.

Tome-se também como exemplo a definição proposta por Cecília Londres, citada por SECULT (2018), que encara o património como “(...) *tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia*” (s/p). Considera-se que esta definição é bastante abrangente e completa, sabendo que contempla outras noções que são hoje aplicadas ao património. O atual entendimento de património admite a existência de património cultural imaterial, nomeadamente as memórias e as lembranças populares.

Ainda acerca do património, Rodrigues (2016), acrescenta:

É o conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. (...) É uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes (p. 4).

Mais, de acordo com Barros (2004), citado por Café (2007), fortalecendo esta pensamento:

O património cultural inclui não só a herança cultural de cada povo que se manifesta pelas expressões «mortas» como os locais arqueológicos, os monumentos arquitetónicos relevantes pelos estilos que mostram ou pelos eventos passados que evocam, enfim objetos artísticos e também de valor histórico hoje em desuso, mas também pelos bens culturais atuais, tangíveis e intangíveis, novas formas de artesanato englobando a assimilação local de novas tecnologias, as línguas e a sua evolução viva, os conhecimentos e vivências atuais (p.22).

Por fim, ao analisar o exposto, inclui-se no património todos os bens, dotados de valor cultural, relevantes para a construção da memória coletiva, da identidade, da cultura e da história de uma comunidade.

1.2 Tipologias de património

No quadro da valorização do património, Café (2007) toma em consideração o inevitável processo de globalização mundial, consignando-o como uma ameaça para identidade dos povos, na medida em que se prevê “(...) *uma tendência para a universalização da cultura*” (p. 75). A esse propósito, Cerveira (2014) refere que “(...) *a par com o crescente fenómeno da globalização ou da mundialização, tem-se registado uma preocupação em salvaguardar este património e em colocá-lo longe da ideia de extinção ou de uniformização cultural*” (p. 16). Esta realidade é igualmente observada por Silva (2000), relatando que “(...) *apesar da manifesta homogeneização de diversos aspetos do quotidiano, verifica-se hoje uma reafirmação das identidades coletivas face às tendências da uniformização individual*” (p. 220).

Na perspetiva dos autores, esta preocupação traduzida pelo aumento da importância atribuída à preservação do património, parece constituir reações locais aos efeitos da globalização. A tendência da afirmação das singularidades locais, justifica ainda a reflexão de Delors (1999), citado por Cerveira (2014), onde:

(...) o mundo em que vivemos, caracterizado por uma crescente interdependência, suscita tendências antagónicas que tomam direções diferentes: por um lado a tendência para a homogeneização a nível nacional e para a uniformização a nível mundial, por outro a busca das raízes, duma especificidade comunitária, que para alguns só pode existir se se reforçarem as identidades locais e regionais, guardando uma saudável distância para com os “outros”, tidos por vezes como uma ameaça (p. 19).

Este último autor consigna nas suas palavras a existência de dois tipos de património: património vertical e património horizontal. Sendo um deles deixado pelos nossos antepassados (do nosso povo), e portanto herdado verticalmente, e o outro herdado horizontalmente, porque é fruto da mundialização e da permeabilidade cultural. São encaradas, portanto, duas heranças distintas de que somos depositários, dando largas a um novo desafio: a luta pela universalidade dos valores, sem que esta se trate de uma uniformização empobrecedora que despreza a diversidade. Ambiciona-se, portanto, um encontro perspicaz e equitativo, ou seja, “(...) *um equilíbrio que permita tanto a aproximação e descoberta da cultura do outro, como a preservação e valorização dos diferentes patrimónios culturais*” (Maalouff, 1998, cit. por Cerveira, 2014, p. 19).

O património pode também ser classificado quanto à sua natureza, pode ser agrupado em modalidades ou ainda ser considerado por categorias. Como tal, podemos encontrar várias

classificações, dependendo da particularidade que se queira conferir. A título de exemplo, tomando como referência Café (2007), os bens culturais incidem sobre duas categorias: “(...) *os imóveis, que compreendem os monumentos, conjuntos ou sítios; e os móveis que compreendem o património arqueológico, arquivístico, audiovisual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico*” (p. 77). O mesmo autor classifica ainda o património restringindo-se ao reconhecimento e ao interesse do valor cultural, dividindo-o assim em três níveis de classificação: património de interesse nacional – cuja identificação decorre de Decreto do governo; património de interesse público – conseguida através de portaria do Ministro da Cultura ou do Secretário de Estado da Cultura, embora suceda apenas com designação do governo; e, por fim, património de interesse municipal – decorrente da Câmara Municipal e aprovado pela Assembleia Municipal.

Compreendendo, por outra via, o património em diferentes modalidades, sugere-se a classificação apresentada por Prado (2011):

Património Cultural Mundial: São monumentos. Grupos de edifícios ou sítios que tenham um excecional e universal valor histórico de pesquisa.

Património Cultural Subaquático: São vestígios da existência do homem, submersos há pelo menos 100 anos.

Património Intangível: São as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes.

Património Natural Mundial: São as formações físicas, biológicas e geológicas excecionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estética excecional e universal (s/p).

Tipologicamente, segundo este último autor, o património apresenta-se em quatro cenários diferentes: o património cultural (material), o património imaterial, o património natural e o património subaquático. Interessa-nos sobretudo para este estudo uma distinção mais precisa do património quanto à sua natureza material ou imaterial.

O conceito atual de património percorre o amplo espectro da natureza material: património natural e património cultural (dos edifícios monumentais às construções isoladas, estas durante muito tempo consideradas ‘pequeno património’: pontes, moinhos de vento ou hidráulicos, muros de pedra solta, fontenários, cruzeiros, ermidas e capelas, alminhas, mas igualmente os conjuntos de edifícios dos velhos centros urbanos, grupos de construções rurais, e os novos desafios inerentes ao património industrial, património do espetáculo, arquitetura de qualidade dos séculos XIX-XX, arquitetura vernacular, jardins), e da dimensão imaterial da cultura: língua e costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades gastronómicas, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos saber-fazer (Carvalho, 2003, pp. 203-204).

Constitui património material aquele conjunto de bens palpáveis e concretos, que encontramos nas mais variadas vertentes: arqueológica, paisagística e etnográfica; histórica; belas artes; e das artes aplicadas.

Em consonância com as categorias apresentadas por Café (2007), atrás referidas, os bens que constituem o património material podem ser classificados de duas formas: bens móveis e bens imóveis.

Os primeiros são aqueles que podem ser transportados – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos – sendo que os outros são estruturas fixas – centros históricos, sítios arqueológicos e paisagísticos, edifícios (como as igrejas e santuários), bens individuais, etc. Por sua vez, o património imaterial está relacionado com os elementos espirituais ou abstratos, como é exemplo disso o modo de ser das pessoas, os saberes, as habilidades, as crenças e os costumes.

Segundo a definição apresentada pela UNESCO (2003), artigo 2º, o património imaterial inclui “(...) *as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural*”. É parte integrante do património imaterial as práticas que fazem parte do quotidiano de uma comunidade, sejam as festas ou outras práticas religiosas, as feiras, entre outros.

Em resumo, o património apresenta-se bipartido em dois grupos verdadeiramente notáveis e de fácil reconhecimento, ora pertençam ao conjunto de bens tangíveis ou ao conjunto de bens intangíveis: “(...) *no primeiro caso caberá todas as categorias de património físico e material (natural, arqueológico, arquitetónico) e no segundo caso o património imaterial (o saber e o saber-fazer)* (Café, 2007, p. 21). Por outras palavras, consideramos as designações imaterial e intangível “(...) *para o património não físico, não tátil, mas vivo e transmissível*” (Carvalho, 2014, p.14).

1.3 O património como símbolo identitário

1.3.1 Identidade

A complexidade atual do conceito de identidade levou a que o mesmo se tornasse objeto de estudos nas mais diversas áreas, tais como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e a Filosofia. Apesar de, gradualmente e ao longo dos tempos, se terem privilegiado outras perspetivas que não a individualista, historicamente o termo “personalidade” chegou a ser empregado para representar o que hoje se entende por “identidade”.

Na verdade, ainda hoje os conceitos de personalidade e de identidade se confundem pelo senso comum. Porém, em termos de comparação, a personalidade constitui um conjunto de elementos e componentes unicamente psicológicos (que se expressam em padrões de comportamento, pensamento e emoções), enquanto que a identidade é o conjunto total de características (psicológicas, físicas, culturais, etc), sendo portanto a personalidade um deles. Para um fácil entendimento, digamos que existem instrumentos específicos que avaliam a personalidade de um indivíduo, contudo não existem ferramentas que avaliam a identidade.

Como ponto de partida, tendo presente a diversidade de perspetivas e de teorias já formuladas sobre o assunto, não existe a possibilidade de aqui apresentar uma definição exata e completa de identidade. Não obstante, a procura de um melhor entendimento do conceito, importa referir que o padrão atual encontrado nos diversos textos, que são contributos de diferentes autores, nos remete para um conjunto-chave de ideias comuns e que concorrem para a definição de identidade. A saber: processo – complexo – dinâmico – contínuo - flexível – multidimensional e inacabado.

As autoras Santana e Simões (2015) referem que “(...) *perceber a identidade como processo que emerge de atributos culturais é crucial, portanto, para a compreensão do papel que as representações têm na edificação dos sentidos que compõem as identidades*” (p. 92). Para as mesmas autoras, considerar a identidade como algo fixo, unificado e imutável corresponde a uma fantasia. Efetivamente, a identidade é uma realidade em constante transformação, que deve ser entendida como uma manifestação flexível.

Talvez uma aproximação possível seja aquela que sugere Carvalho (2014), nas palavras de Vieira (2009), ao constatar que:

A construção da identidade consiste (...) em dar um significado consistente e coerente à própria existência, integrando as suas experiências passadas e presentes, com o fim de dar um sentido ao futuro. Trata-se de uma incessante definição de si próprio (Vieira, 2009, cit. por Carvalho, 2014, p. 28).

Para tanto, a noção de identidade surge comumente associada à noção de processo - o designado processo de construção da identidade. Esta construção ocorre de uma dinâmica de processamento constante das experiências individuais, com o fim de traçar um perfil pessoal que confira singularidade ao indivíduo.

Partindo de outras considerações, muitas são as que referem a identidade enquanto realidade multidimensional e complexa, caracterizada pela flexibilidade resultante da dinâmica permanente, tomando assim particularidades que vêm dificultar a sua definição. É o caso de Costa (2002), que assegura a identidade enquanto processo ativo, ou seja, “(...) *faz com que esta, ao invés de ser encarada como um modelo estático do estilo de vida de dado grupo, tenha de ser entendida como um processo*” (Costa, 2002, cit. por Carvalho, 2014, p. 29).

1.3.2 Dicotomia de identidades

Uma primeira questão se coloca: somos detentores de uma identidade ou de várias identidades? Segundo Rodrigues (2016), todas as sociedades assumem, não uma, mas sim uma diversidade de identidades. “*Na verdade, existe em todas as sociedades uma enorme variedade de identidades - mulher, homem, hetero/homossexual, jovem, adulto, ‘black/white’, etc*” (p.3). O autor parte da constatação de que cada indivíduo apresenta uma variedade de identidades, no sentido em que é detentor de um conjunto de características (psicológicas, físicas, culturais, etc), que o torna passível de ser enquadrado nas mais variadas categorias de classificação, como por exemplo: europeu, mulher, educado, conservador ou desportivo.

Vários são os autores que aludem a uma dicotomia de identidades (Café, 2007; Rodrigues, 2016; Silva, 2000), distinguindo identidade individual (pessoal) de identidade coletiva (social e cultural): “*Um indivíduo possui uma identidade pessoal e uma identidade coletiva ou cultural (que o relaciona com os demais sujeitos com quem interage diariamente) e que estará na base das identidades locais*” (Café, 2007, p. 36).

A identidade individual refere-se às representações ou conjunto de perceções e sentimentos que um indivíduo detém em relação a si próprio, que lhe permitem reconhecer e ser

reconhecido socialmente. Subordina-se, como é de esperar, ao ingrediente biológico (o hereditário, o genético), mas é relevante assinalar o papel fundamental que a dimensão social (relacional) exerce no processo de construção da identidade – as dinâmicas sociais ou as relações entre os indivíduos que compõem uma mesma sociedade ou grupo.

Se por um lado, a identidade individual diz respeito à percepção interna e subjetiva que o sujeito desenvolve de si próprio (atributos específicos do indivíduo acerca da sua personalidade), a identidade coletiva, por sua vez, consigna-se aos atributos que assinalam a pertença a um determinado grupo, a uma sociedade ou a outro tipo de categoria e está relacionada com a partilha de características e de ideias.

A identidade coletiva, especificamente, pode ser entendida como identidade social - resultando da interação com o meio social envolvente e intervindo, como tal, na definição da consciência social - ou como identidade cultural - quando se prende com o reconhecimento do sujeito através dos valores que partilha com a comunidade a que pertence (Café, 2007; Rodrigues, 2016; Silva, 2000). De uma forma muito concisa, a identidade cultural envolve a identificação do sujeito através dos valores que este partilha com a comunidade ou com o grupo a que pertence. Como tal, pode ser encarada como um sentimento de reconhecimento ou de pertença em relação aos atributos que são particularidades de um certo território (identidade local) e que vai sendo adquirido e modelado, continuamente ao longo do tempo, pelas experiências de interação social. Tal como refere Rodrigues (2016), a identidade cultural confere sentido a um grupo.

(...) Ou seja, ela implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança entre «ego» e o «alter», entre «nós» e os «outros». (...) A construção da identidade, seja individual ou social, não é estável e unificada – é mutável, (re)inventada, transitória e, às vezes, provisória, subjetiva; a identidade é (re)negociada e vai-se transformando, (re)construindo-se ao longo do tempo (p. 3).

Este autor vem reafirmar que o processo de construção da identidade é contínuo e dinâmico e, por sua vez, emerge dos constantes processos interativos. Assim, a coletividade modela uma identidade própria pelo recurso espontâneo a um sistema de referências do seu passado (mitológico, histórico e, principalmente, simbólico-religioso). Ou seja, a identidade coletiva conserva-se sob forma de reminiscência, ao passo que se difunde, fluindo no tempo por inevitável transmissão social.

1.3.3 Identidade cultural e património - Relações patentes

Ainda que imprescindível tenha sido apresentar uma (breve) referência à dicotomia do conceito de identidade, um assunto tão relevante não se esgota num texto tão curto. Assim, o alongamento deste texto dirá respeito a uma análise que se propõe sobre a relação que deriva entre os conceitos de identidade (cultural, particularmente) e de património.

Teremos forçosamente que começar por perguntar: Que relações se patenteiam entre o património e a identidade? Existem inúmeras e variadas relações. Para começar, Silva (2000) faz-nos reparar que “(...) o elemento determinante que define o conceito de património é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade”(p. 219). De facto, o património cultural compreende todos os elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais e, com isto, “(...) toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade” (p. 219). Segundo este autor, o património apresenta finalidades de identificação no espaço e no tempo. Funciona como um elemento de referência, através do qual os indivíduos percebem uma vinculação direta com o passado.

No seguimento da ideia aqui apresentada, Santana e Simões (2015) referem que “(...) o património cultural implica sentidos de pertencimento e permanência, considerando-se que a produção material e imaterial de uma comunidade torna-se elo de identificação do grupo a um *éthos* cultural, vetor de transmissão e compartilhamento de experiências vividas” (p. 93).

Para os autores Martins (2011) e Choay (1992), citado por Rodrigues (2016):

A memória social legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, do património. (...) O património expressa a identidade histórica e as vivências de um povo. O Património contribui para manter e preservar a identidade de uma nação daí o conceito de identidade nacional, de um grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã, família (p.4).

Nesta linha de pensamento, uma pessoa que nasce num determinado lugar, absorve todas as suas características, o que significa que também a cultura molda a nossa identidade. Os indivíduos desenvolvem, ao longo das suas vidas, um processo de identidade social e cultural, isto é, têm necessidade de identificar traços comuns com o seu meio, por uma questão de integração. Este processo de inclusão torna-se mais fácil se o indivíduo valoriza as características do local onde vive e estabelece uma ligação com a sua própria história, nomeadamente com o património local. Assim, o património cultural, enquanto atributo

coletivo, constitui um elemento fundamental não só na construção, como também na própria materialização da identidade cultural de um grupo/sociedade. *“Por outro lado e tendo em conta que a ‘identidade’ está sempre em transformação e construção, teremos imperiosamente que deixar em aberto a possibilidade de que o próprio património se modifique, se transforme, se adapte e valorize”* (Cerveira, 2014, p. 21).

O património não é mais do que uma representação simbólica de uma identidade, independentemente de onde se localiza e da forma como se apresenta, já que através dos símbolos se encontra uma forma de transmissão cultural do passado para o presente. Assim, o património é uma fonte de identificação, ao mesmo tempo que nos distingue dos demais, e torna possível a nossa continuidade através do tempo.

Lopes (2016) salienta que *“(…) na medida em que os indivíduos se identificam com o património e patrimonializam os vestígios existentes em coletivo, desenvolvem o sentido de pertença”* (p.15). Assim, o conceito de património está, geralmente, associado a um sentimento de reconhecimento e de aceitação por parte das gerações posteriores. Nesse âmbito, é importante perceber que o legado do passado apenas sobrevive para as posteriores gerações se os indivíduos de hoje lhes atribuírem algum valor sentimental, social, histórico e, por isso, cultural.

Capítulo 2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DO TURISMO CULTURAL

2.1 Desenvolvimento e sustentabilidade: conceitualização e abordagens paralelas

2.1.1 Conceito de desenvolvimento

O termo *desenvolvimento* surge comumente associado a um processo de crescimento ou de evolução, como bastará para isso recorrer aos múltiplos sinónimos da palavra: progresso; evolução; crescimento; expansão; progressão; aperfeiçoamento; melhoramento; otimização; etc. Paralelamente ao mesmo conteúdo, tomamos também o significado do verbo *desenvolver*, acessível num simples dicionário, como seja uma ação de acrescentar ou de melhorar/aperfeiçoar algo, podendo esta ser de ordem física, intelectual ou moral.

Porém, Rigueiro (2014) esclarece que se trata de um conceito que do senso comum nos parece tão simples de entender e, no entanto, o *desenvolvimento* é também um fenómeno tão complexo e multidimensional que nos afasta de uma definição inequívoca e totalmente esclarecedora. Aponta que, inicialmente, a definição de *desenvolvimento* surgiu, quase exclusivamente, fundamentada em discernimentos económicos, sem relevar qualquer outro raciocínio dissemelhante, como sejam os indicativos da qualidade de vida das famílias ou de uma comunidade.

De reparar que, no limiar do século XX, o desenvolvimento de uma nacionalidade era estimado exclusivamente por referência ao seu crescimento económico, apoiando-se, precisamente, no Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, no montante dos bens e serviços produzidos pelo país num dado ano. Porém, a mudança dos parâmetros de avaliação na aferição do nível de desenvolvimento surge nos anos 60-70, muito por conta da valorização tendencial de outros fatores, como sejam os que estão associados ao “(...) *desenvolvimento de estratégias que visam imputar às pessoas empowerment, de forma a torná-las ativas e protagonistas do seu papel na comunidade e da sua própria vida e, por outro lado, associados à promoção do desenvolvimento baseado na produção de bem-estar*” (Rigueiro, 2014, p. 84). A autora faz-nos reparar que esta nova conceção de desenvolvimento

fundamenta-se numa perspetiva de descentralização de poderes, concedendo primazia à autonomia de decisão pessoal e à promoção da participação individual.

No contexto desta nova abordagem, consideremos também a definição publicada, em 1965, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), enquanto órgão da Organização das Nações Unidas (ONU): desenvolvimento é “(...) *o processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser*” (PNUD, 2012, cit. por Rigueiro, 2014, p. 3). Assim, esta nova abordagem do desenvolvimento toma, particularmente, a expansão da liberdade como fim prioritário e, simultaneamente, como meio principal do desenvolvimento, ainda que a liberdade de ação individual seja, continuamente, condicionada pelas oportunidades sociais, políticas e económicas vigentes.

Entre outras tarefas, compete à ONU compreender o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se refere a um indicador usado para comparar estatisticamente os países quanto ao nível de desenvolvimento. O IDH combina três dimensões conferidas a nível nacional: uma vida longa e sadia - esperança de vida à nascença; educação - medida segundo a taxa de alfabetização de adultos e a taxa bruta combinada de alunos matriculados no ensino primário, secundário e superior - e um nível de vida digno - calculado pelo PIB por habitante (Rigueiro, 2014). Ou seja, os novos conceitos de desenvolvimento foram-se estruturando, de tal forma que os quesitos que passaram a confinar o estado de desenvolvimento de um território ou de uma nacionalidade, correspondem a indicadores mais abrangentes “(...) *que revelam crescimento económico, em termos de rendimento, mas igualmente, em termos de qualidade de vida e bem-estar. (...) Assim, o bem-estar e qualidade de vida das populações passam a estar associados ao desenvolvimento dos respetivos países ou regiões, uma vez que refletem os benefícios que as pessoas obtêm nas várias dimensões do desenvolvimento*” (p. 4). Desses indicadores de desenvolvimento, podemos destacar as linhas evolutivas referentes ao nível de pobreza, os avanços e recuos que se verificam nas taxas de desemprego ou, ainda, as disparidades que ocorrem em respeito aos rendimentos.

No parâmetro relativo ao bem-estar social, ponderam-se as circunstâncias ligadas à educação, à saúde, aos serviços sociais e à seguridade, entre outras.

Posto isto, sintetizam-se, na Tabela 1, as componentes/dimensões necessárias e constituintes para o incremento de um processo de desenvolvimento.

Tabela 1 – Componentes/dimensões necessários ao desenvolvimento

DIMENSÕES	DESCRIÇÃO
Capital humano	Potencialidades dos agentes locais, designadamente a capacitação técnica e profissional, as relações humanas com os demais atores sociais, e fomento à adesão, ao protagonismo local.
Capital social	Redes e organizações por meio das quais as pessoas participam ativamente no processo de desenvolvimento, fortalecendo a ideia de <i>empowerment</i> por parte de todos os atores, fazendo com que estes adquiram seus espaços e consolidem suas redes de conexão.
Capital empresarial	Foco na inovação e competitividade, através de uma mudança sociocultural que estimule a cultura empreendedora como mecanismo de geração de oportunidades de ocupação, elevando os padrões económicos até então observados.
Capital ambiental	Realização de atividades e práticas que considerem as gerações futuras e que adotem padrões de comportamento, de uma maneira mais sustentável e duradoura.

Fonte: Rigueiro, 2014, p. 5

Na sua proposta, Rigueiro (2014), aponta como indissociáveis e inerentes a qualquer processo de desenvolvimento, o aprimoramento de vários aspetos socioculturais e a respetiva garantia de sustentabilidade, numa linha de pensamento que protagoniza o trabalho colaborativo entre os vários agentes locais, instituindo redes de conexão estáveis e duradouras.

Ainda que a noção de desenvolvimento possa estar associada tanto a fenómenos amplos e diversos como a situações mais simples e específicas (como objetos ou pessoas), a conotação que aqui nos interessa diz respeito, essencialmente, a uma abordagem territorial/local do conceito. De todo o modo, aqui, ao referir desenvolvimento, importa assim pensar em progresso/melhoria de um determinado lugar, região ou território.

2.1.2 Desenvolvimento local e sustentabilidade

Ponderadas as diferentes abordagens que foram surgindo ao longo dos anos, bem como as conexões paralelas determinadas entre os padrões económico, social, cultural, político e ambiental, fez-se erguer uma enorme variedade de outros conceitos associados ao termo desenvolvimento, como sejam: *desenvolvimento local* e *desenvolvimento sustentável*.

Neste estudo, citamos *local* com intuito de designar um determinado território ou região, que pode ir de uma aldeia ou vila a um concelho ou grupo de concelhos. Na perspetiva de Rigueiro (2014), “(...) a expressão desenvolvimento local deve referir-se ao processo de melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias e/ou grupos que são específicas

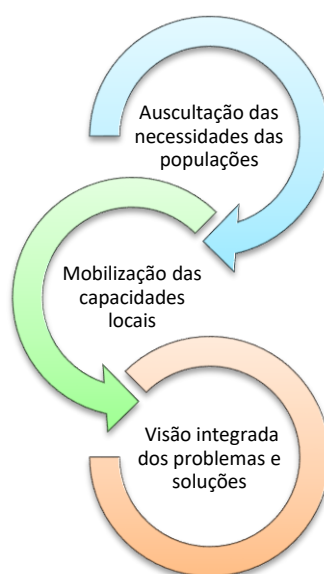
de determinados lugares ou pequenos territórios”(p. 6). Segundo Lopes (2016), pelas palavras de Carvalho (2009):

O Desenvolvimento Local visa a criação de riqueza, a melhoria das condições de vida da população de um território, tendo subjacente o contexto: social, humano, económico, cultural e natural – integrando os recursos endógenos, motivando a participação dos agentes e articulando com os recursos exógenos (p.16).

A estratégia consensual de desenvolvimento local tem por objetivo maximizar os efeitos socioeconómicos locais e otimizar a qualidade de vida das gerações atuais e vindouras. O desenvolvimento local representa, assim, um processo de transformação interno e pode ser entendido como um impulso das ações estratégicas e voluntárias, de carácter local e endógeno.

De acordo com Rigueiro (2014), resumem-se a três os pilares essenciais do desenvolvimento local (ver Figura 1).

Figura 1 – Os três pilares do desenvolvimento local



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Rigueiro, 2014

Estes três pilares incitam uma estratégia global de desenvolvimento firmada num esforço coordenado entre os vários intervenientes locais, num processo de reavaliação constante e de compensação de recursos, capaz de restituir o crescimento económico do território, satisfazer as necessidades básicas e melhorar as condições de vida da população.

Nesta linha, o desenvolvimento local tem como ponto de partida a própria comunidade local, solidificado na valorização dos recursos endógenos (nomeadamente os recursos naturais do local), na participação de agentes locais e na articulação com os recursos exógenos (influências externas, tais como as mercantis, institucionais, políticas e culturais) (Lopes, 2016). Mais, a motivação para o desenvolvimento dos territórios encontra-se no centro de todas as comunidades (Carvalho, 2003), já que “(...) neste tempo de globalização a afirmação de um território ou lugar também se realiza através da construção e divulgação de uma imagem de distinção e de qualidade, centrada nas suas identidades e nos seus recursos (materiais e imateriais)” (p. 199).

Enfim, Rigueiro (2014), pelas palavras de Amaro (1999), procura sistematizar o entendimento conceitual de desenvolvimento local, definindo-o como:

Processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir das capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, em articulação necessária e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspetiva integrada e integradora, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria, com um impacto tendencial em toda a comunidade e com uma grande diversidade de caminhos, protagonismos e soluções (Amaro, 1999, cit. por Rigueiro, 2014, p. 10).

A mesma autora procurou ainda resumir as diversas dimensões que envolvem o conceito de desenvolvimento local, tendo para isso produzido o desenho que se apresenta na Figura 2. Esta síntese assenta também numa tentativa de descomplicação das relações, naturalmente complexas, existentes entre as ditas dimensões.



Fonte: Rigueiro, 2014, p. 9

Temos presente, portanto, um processo que “(...) *deve melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável)*” (Franco, 2000, p. cit. por Rigueiro, 2014, p.9).

Surge, então, aqui a questão da gestão dos recursos e do ambiente, bem como as suas implicações para a qualidade de vida das populações, que foi objeto de grande preocupação a partir do início dos anos 70. Na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no ano de 1972, ter-se-á debatido as dimensões económica e ecológica (*ecodesenvolvimento*), visando o crescimento económico, de forma paralela à preservação ambiental, e acautelando a destruição dos recursos não renováveis, promovendo assim a utilização racional dos recursos existentes (Rigueiro, 2014). A autora refere o seguinte:

A ONU organizou a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, entre os dias 5 a 16 de Junho de 1972, tendo sido a primeira reunião oficial para discutir as relações do Homem com o meio ambiente, devido aos graves problemas de poluição atmosférica causados pelas indústrias, desaparecimento de lagos e rios, entre outros problemas (p. 27).

Esta discussão terá despontado os princípios base dos conceitos de *sustentabilidade* e de *desenvolvimento sustentável*, introduzidos mais tarde pelos ambientalistas. A União Internacional para a Conservação da Natureza foi pioneira na utilização destes termos, já no início da década de 80, pelos que os conceitos só foram estudados e difundidos pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, através do posterior Relatório de Brundtland. A partir de 1992, a utilização destes conceitos intensificou-se com a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento.

Nesta sequência, o desenvolvimento sustentável projeta-se internacionalmente com o princípio ético de satisfazer as necessidades momentâneas sem comprometer as gerações futuras, tendo-se intensificado esta ideia nos anos seguintes, erguendo-se o conceito sobre algumas ideias essenciais: “(...) *a utilização dos recursos e a consciência dos seus limites, ou seja, o uso sustentável dos recursos naturais no desenvolvimento económico e no consumo para preservar o futuro humano no planeta, no sentido de um futuro ilimitado*” (Davis, 2008, cit. por Rigueiro, 2014, p. 28).

Todavia, a sustentabilidade não está pautada somente em questões ambientais. O conceito de sustentabilidade relaciona-se com a preservação e valorização dos recursos ambientais, mas também sociais e económicos, a fim de satisfazer as necessidades das gerações atuais e futuras (UNWTO, 2005). Esta ideia é expressa na Figura 3, onde estão identificados os três pilares que visam melhorar a qualidade de vida.

Figura 3 – Os três pilares da sustentabilidade



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Turismo de Portugal, 2019

A sobrevivência pressupõe um conjunto de ações relacionadas com a extração de matérias-primas e a utilização de recursos naturais. Nessas ações, e nos seus reflexos, estão envolvidas outras questões sociais e económicas que afetam a vida das pessoas de alguma maneira. Analisando os três pilares da sustentabilidade (Figura 3), podemos reter particularmente o seguinte:

Ambiente

O capital natural é a base da sustentabilidade. Todas as condutas possuem, direta ou indiretamente, algum impacto no meio ambiente, seja a curto, médio ou longo prazo.

Social

Desenvolver ações socialmente sustentáveis implica o empenho de todo o capital humano. O social, de uma forma ampla, representa as melhorias necessárias em todos os campos, a fim de oferecer mais qualidade de vida e igualdade à população.

Económico

As ações economicamente sustentáveis referem-se ao movimento saudável da economia, garantindo o fluxo económico e gerando empregos, mas precavendo-se das causas e efeitos que as decisões dos negócios poderão conduzir para âmbito social e ambiental.

É, sobretudo, essencial que os três pilares da sustentabilidade - social, ambiental e económico – coexistam e interajam entre si numa relação equilibrada e plenamente harmoniosa, uma vez que dependem um do outro (Turismo de Portugal, 2019).

A Assembleia Geral das Nações Unidas definiu, em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “São 17 os objetivos e 169 as metas mediante as quais os estados, a sociedade civil e o setor privado se podem guiar e medir as suas contribuições para o desenvolvimento sustentável até 2030” (Turismo de Portugal, 2019).

Figura 4 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Turismo de Portugal, 2019

Os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos quinze anos posteriores à sua adoção. São contempladas temáticas diversificadas, como sejam: erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de género, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento económico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação.

A sustentabilidade e desenvolvimento local são temas bastante atuais e constituem motivos de grandes reflexões, nomeadamente no que se refere à execução de estratégias de desenvolvimento local sustentável. Estratégias de desenvolvimento local referem-se àquelas que são incorporadas e mobilizadas para afirmar um determinado espaço territorial.

Segundo Rigueiro (2014), a estratégia de ação para o desenvolvimento local deverá assentar em cinco vetores, tal como nos mostra a Tabela 2: qualidade, diversificação, valorização, recuperação e harmonização.

Tabela 2 – Os cinco vetores que norteiam a estratégia de desenvolvimento local

VETOR	ASPETOS A CONSIDERAR
Qualidade	A competitividade exige qualidade dos equipamentos, do serviço e da forma como ele é prestado
Diversificação	Disponibilidade rica nos produtos endógenos oferecidos
Valorização	Estima pelos recursos naturais, culturais e humanos
Recuperação	Através de uma ação incidente sobre os equipamentos que se mostrem descaracterizados, degradados ou desatualizados
Harmonização	Coexistência equilibrada dos aspetos anteriores

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Rigueiro, 2014, p. 24

Os vetores acima referidos levam-nos a constatar que, na prática, elaborar uma estratégia de desenvolvimento local pode revelar-se exigente, na medida em que estes são os requisitos mínimos para a sua elaboração. Deste modo, a estratégia de desenvolvimento local identifica um caminho de desenvolvimento que reflete a combinação única de ativos, recursos e expectativas locais.

Neste seguimento, temos presente o seguinte aspeto apontado por Rigueiro (2014):

Executar uma estratégia de desenvolvimento local sustentável é uma tarefa difícil e complexa, sendo, portanto, necessário confluir todos os esforços necessários para cumprir com os objetivos estratégicos delineados na estratégia de desenvolvimento local e aos quais não deve ser alheia a ação das várias parcerias, de modo a gerar riqueza e consolidar a atividade prevista (p. 29).

Segundo o autor, as ações estratégicas praticadas no âmbito do desenvolvimento local, que confluem para o bem-estar social e para um futuro sustentável, são mobilizadas por

interesses comuns, pela participação de agentes para a qualificação e pelo aproveitamento racional dos recursos locais.

No mesmo caminho, vários autores (Café, 2007; Rigueiro, 2014; Silva, 2000) referem a descentralização, a fixação de parcerias e a mobilização dos atores locais como estratégias promotoras do modelo global de desenvolvimento sustentável.

As parcerias estimulam trocas de informação, de experiências e de conhecimentos, auxiliando na conceção de políticas mais ajustadas às condições locais e permitem um grande envolvimento dos membros do local em relação às políticas que os vão afetar. As parcerias potenciam o sentimento de pertença e um maior sentido de envolvimento nas iniciativas a desenvolver, na medida em que o trabalho em conjunto permite encontrar soluções coerentes e conjuntas, em função de uma maior coordenação das ações a desenvolver (Rigueiro, 2014, p.13).

Se por um lado, a estratégia de ação para o desenvolvimento local a implementar deve procurar estabelecer uma ponte entre os esforços endógenos de desenvolvimento e a atração de investimentos externos, a construção de parcerias locais tem o propósito de coordenar o desenvolvimento e promover um sistema de apoios externos.

Para tanto, a exigência de sustentabilidade, numa perspetiva de rentabilização económica e de desenvolvimento social, implica a responsabilidade social de todos os agentes culturais locais.

Uma das principais prerrogativas do desenvolvimento sustentável é precisamente a existência de elevada cooperação e interação entre todos os atores. De facto, só é possível criar sustentabilidade mediante movimentos sinérgicos entre os vários atores envolvidos. O desenvolvimento sustentável implica um trabalho em rede, ou seja, deve existir uma participação, envolvimento e coresponsabilização de todos os parceiros locais (Rigueiro, 2014, p.86).

Café (2007) referencia precisamente a mesma ideia no seu trabalho, encarando este compromisso como “(...) *tarefa fundamental do Estado, mas... também de outras instituições*” (p.75), como as associações, a Igreja, as universidades, determinadas empresas, entre outras. Com isto, percebe-se que a qualificação dos recursos humanos é um dos fatores decisivos para o sucesso da estratégia de desenvolvimento local.

2.2 Alguns potenciadores de desenvolvimento local: Património vs. Turismo

2.2.1 Turismo: conceito e definições

São diversas as definições de turismo que dispomos e que têm surgido ao longo dos anos, cada uma delas destacando diferentes aspetos da mesma atividade (Cunha, 2010; Julião, 2013; Sanalves, 2012; Vieira, 2014). *“Do ponto de vista conceptual algumas dão primazia aos aspetos económicos, outras aos sociais e culturais, outras aos antropológicos e outras ainda aos geográficos”* (Cunha, 2010, pp. 2-3).

O carácter multidisciplinar faz com que seja difícil delinear uma definição absoluta e clara de turismo. A multiplicidade de definições de turismo ter-se-á germinado muito por conta das rápidas e constantes mudanças que ocorrem neste domínio, da complexidade das relações que existem entre os elementos que o formam, das particularidades de cada disciplina que o perpecciona, bem como pelo facto de o turismo se encontrar ligado à quase totalidade dos setores da atividade social humana.

Não obstante, *“(…) a variedade das definições existentes não devem ser desprezadas”* (Cunha, 2010, p.3), embora sejam objeto de confusão e causa de dificuldade de compreensão. Cabe afirmar que *“(…) não existe definição correta ou incorreta, uma vez que todas contribuem de alguma maneira para aprofundar o entendimento de turismo”* (Sanalves, 2012, p.1), mas por outro lado é fundamental conceber um mapa conceitual que aposte na coerência e na uniformização de critérios. O que importa é encontrar um conceito que alcance o consenso generalizado. Com efeito, *“(…) existe ainda um debate aberto para chegar a um conceito único e padrão que reflita uma definição universal”* (Sanalves, 2012, p. 2).

Segundo Cunha (2010), essa discussão prevê contribuir para o estabelecimento de uma definição de carácter holístico, que convenha a todos os investigadores, seja qual for o seu ramo de conhecimento, e que possa ser utilizada para:

- O necessário enquadramento das atividades turísticas;
- Possibilitar a distinção entre aquilo que cabe no âmbito do turismo e aquilo que ele não abrange;
- Estabelecer parâmetros para o conteúdo de investigação;
- Estabelecer as fronteiras dos estudos turísticos e a sua categorização;
- Possibilitar a avaliação económica e social do turismo e os seus efeitos;
- Fornecer um referencial, claro e preciso, para as políticas públicas (p.3).

Segundo Vieira (2014), o turismo passou quase despercebido até ao final da Segunda Guerra Mundial. Muito precocemente (século XVI-XVII), os aspetos educativos e instrutivos das viagens, que posteriormente se foram alargando a todos os países e estratos populacionais, haviam já despertado algum interesse aos filósofos. Bastante mais tarde (século XIX), são os escritores que principiam o registo dos seus efeitos económicos para os países visitados pelos estrangeiros (Cunha, 2010). O turismo emerge, então, como atividade económica sendo que, prematuramente, é encarado como uma regalia para aqueles que conseguem suportar os elevados custos de transporte.

Deste modo, o turismo foi-se evidenciando lentamente, mas é apenas no período de transição do século XIX para o século XX que surgem as primeiras tentativas da sua definição. *“Ao longo de todo o século XX os organismos internacionais reconhecem a necessidade de definir os conceitos básicos do turismo com o fim de obter estatísticas comparáveis”* (Cunha, 2010, p.1). Segundo este autor, a primeira definição terá surgido em 1910, da autoria de um economista austríaco, segundo o qual o turismo é *“(…) o conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada, estada e partida de viajantes numa comuna, província ou um estado determinado e, por consequência estão diretamente ligadas entre eles”*(pp. 9-10).

Note-se que o conceito pioneiro de turismo dá clara primazia aos conceitos económicos e abrange apenas os visitantes estrangeiros que, nas conceções da época, eram os únicos que se consideravam como turistas (historicamente o primeiro conceito a ser esboçado foi o de turista e só mais tarde surgem as tentativas de definição de turismo tendo como referência fundamental aquele).

Como matéria de estudos universitários, o turismo despontou interesse no período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais (1919 – 1938), altura pela qual conceituados economistas europeus começaram a publicar os primeiros trabalhos (Sanalves, 2012).

As primeiras definições surgiram, assim, no contexto da Guerra Mundial, e obviamente ergueram-se como antecipação do que seria o turismo de massa. Inicialmente, ponderaram-se apenas as relações internacionais, segundo um ponto de vista técnico-estatístico, pelo que se compreende que tenha resultado um conceito restritivo do turismo. Segundo Sanalves (2012) constituem definições pouco amplas e pouco esclarecedoras, no sentido em que introduzem muitos conceitos imprecisos ou indeterminadas na altura.

Escassos anos depois do término da Segunda Guerra Mundial, nos anos cinquenta do século passado, inicia-se o chamado “boom” turístico. O turismo internacional desenhou um crescimento a um ritmo superior ao de toda a sua história, que se assinalou particularmente na Europa com o grande movimento de massas. O conhecimento do turismo passou a interessar a investigadores de variadíssimos ramos do saber de todos os continentes (Cunha, 2010), circunstância que despontou também a necessidade de se legislar sobre o setor. Nasce assim o turismo moderno.

A partir dessa época, “(...) os autores e investigadores procuraram definir o turismo, não já com a preocupação de elaborar estatísticas, mas na tentativa de caracterizar uma atividade complexa que se viria a transformar numa das maiores atividades económicas mundiais” (Cunha, 2010, p.1).

Variadíssimas definições se podiam referir, das tantas que foram sendo apresentadas ao longo de todo o século XX numa sequência de melhoramento das antecessoras. Porém, importa aqui referir o produto último, digamos aquele que prevalece: o conceito oficial de turismo emanado da ONU/OMT. Há a destacar que a definição oficial, adotada em 1994 pela principal organização internacional no campo do turismo, une todos os pontos positivos das geradas anteriormente e, por sua vez, formaliza os aspetos da atividade turística. Por essa via, “(...) o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estada em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (UNWTO, 1994, p.5).

Trata-se de uma definição ampla e flexível, na medida em que: introduz os possíveis elementos motivadores de viagem, designadamente lazer, negócios ou outros; esclarece sobre a duração temporária do período máximo de um ano; restringe a atividade desenvolvida antes e durante o período de estada; refere a localização da atividade turística como a atividade realizada “fora de seu entorno habitual” (Sanalves, 2012).

Resumidamente, o conceito de turismo sofreu algumas alterações ao longo dos tempos. A visão do passado em relação a uma atividade turística foi-se desvanecendo com a emergência de uma perspetiva moderna em relação ao turismo. Com a motivação de ceder algum contributo específico para a produção de uma definição que ganhe aprovação científica, Cunha (2010) procurou identificar exaustivamente as insuficiências de uma e de outras definições de turismo, produzidas ao longo de todo o século XX e até à primeira década do

século XXI. Segundo o autor, no essencial podem identificar-se os seguintes elementos nas definições operacionais de turismo:

- Distinção entre definições técnicas e conceitos de turismo tendo como base aquelas;
- Deslocação temporal para fora do ambiente habitual de residência, sejam residentes ou não, levando à noção de zonas ou países emissores ou recetores;
- Ausência de remuneração no local ou locais visitados pressupondo a transferência de riqueza dos locais de onde ela é obtida para aqueles que são visitados;
- Motivos da deslocação proporcionados pelo lazer (recreio), negócios ou outros, que podem resultar de razões profissionais, sociais ou individuais com carácter compulsório;
- Geração de fenómenos e relações resultantes da deslocação temporal e que nascem da interação, nas regiões emissoras e recetoras, entre visitantes, fornecedores de bens e serviços, governos, comunidades e ambientes;
- Interdependência dos fenómenos originados;
- Atividades realizadas por quem se desloca como visitante e facilidades criadas para satisfação das suas necessidades (p. 15).

O autor elucida que nenhuma das definições inventariadas contempla, simultaneamente, todos estes elementos, embora a maioria seja comum a grande parte delas. O mesmo, identifica os elementos caracterizadores do turismo, que devem estar presentes na sua definição e que fomentam a sua completude. Como segue:

- Atividades praticadas pelos visitantes;
- As facilidades criadas para satisfazerem as suas necessidades;
- Ausência de relações duradouras com os locais visitados significando ausência da recomposição de novos modos de vida;
- Lugares caracterizados pela existência de elementos, tangíveis e intangíveis, com capacidade para exercer uma atração de pessoas;
- Nascimento de atividades e equipamentos diferentes daqueles que são exigidos pelos residentes;
- Efeitos económicos, sociais, culturais, psicológicos e ambientais novos;
- Geração de fenómenos pelas transformações operadas nos destinos e nas vias de acesso com o fim de atrair e receber visitantes (p. 16).

Pelo aqui exposto, que é síntese do seu trabalho realizado, Cunha (2010) conclui que até mesmo o conceito oficial de turismo “(...) é, então, uma definição inútil” (p. 14).

Por último, o autor, a fim de contribuir para estabelecer uma definição consensual sugere a seguinte: “*Turismo é o conjunto das atividades lícitas desenvolvidas por visitantes em razão das suas deslocações, as atrações e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades e os fenómenos e relações resultantes de umas e de outras*” (p. 19).

Resta, por fim, referir que o presente trabalho atribui uma conotação especial ao turismo cultural, que é um mercado turístico de destaque e que sobressai em relação às restantes tipologias do mercado turístico internacional.

A definição de turismo cultural está associada à comercialização do património, pelo que corresponde ao movimento de pessoas, essencialmente motivado pelo interesse histórico e cultural, científico ou pelo património oferecido por uma comunidade, região, grupo ou instituição. É, ainda, “(...) visto como uma forma de salvaguarda do património, da preservação da identidade, cultura, tradição e herança de um povo”(Julião, 2013, s/p). Ou, por outras palavras, “(...) falamos de Turismo Cultural, ou Turismo do Património, quando nos referimos àquele turismo que toma como principal atração estas testemunhas, sejam elas representadas pela gastronomia, pelos edifícios históricos, pelo folclore, etc” (Carbone, 2006, p. 8).

2.2.2 Contributos do património e do turismo para os ODS

“(...) É necessário estabelecer de forma clara, sobretudo num âmbito científico, as relações existentes entre turismo e património cultural” (Carbone, 2006, p. 5). O património cultural é identificado como um importante recurso para o desenvolvimento local, fazendo parte das variáveis-chave no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Carvalho, 2003). Mas a criação do turismo como atividade constituiu, igualmente, um motor impulsionador do desenvolvimento das coletividades no âmbito económico, social, ambiental e político, uma vez que veio contribuir largamente para a promoção das imagens de países, terras e regiões (Vieira, 2014).

Certo é que o património carece de ser compreendido em todas as suas vertentes e não podemos negar a sua manifesta relação com o setor do turismo. Vieira (2014), corroborando com esta ideia, refere que “(...) é cada vez mais premente que existam relações positivas entre as áreas do turismo e as do património” (p. 4). A autora alude no seu trabalho esta relação paralela, embora nem sempre linear, referindo o património como produto turístico e, por sua vez, o turismo enquanto autossustentação do património. Considera-se, nesta medida, que o património representa para o turismo um produto atrativo; o turismo, porquanto representa para o património uma fonte financeira de destaque no que diz respeito à sua conservação e restauro.

É também importante ressaltar o papel e o contributo do património e do turismo, para os objetivos do desenvolvimento sustentável das sociedades e dos territórios. Foram já abordados neste trabalho os princípios de sustentabilidade, onde foi já esclarecida a necessidade de as comunidades serem resilientes na forma como contornam as suas dificuldades e planeiam o desenvolvimento local. A sustentabilidade assenta, de igual modo, na garantia da “(...) *perenidade do património natural, construído e cultural, sendo esta postura ainda mais justificável tendo em conta o carácter multisectorial do turismo*” (Vieira, 2014).

A relação de interdependência património-turismo, notável na atualidade, ter-se-á destacado a partir dos anos 80 do século XX, altura de grande procura turística, tendo-se oferecido às localidades, depositárias de bens patrimoniais, oportunidades singulares de desenvolvimento local. A sociedade evoluiu, inevitavelmente, no sentido de uma crescente comercialização do património (Silva, 2000), para tanto “(...) *o desenvolvimento também se faz com o turismo*” (Lopes, 2016, p. 85).

As atividades relacionadas com o reconhecimento do património podem ser encaradas como um motor que impulsiona e promove o desenvolvimento local, na medida em que estas podem gerar reflexões na evolução do emprego, na difusão da localidade e na atividade turística (Lopes, 2016). A preservação do património “(...) *é, igualmente, uma das dimensões de desenvolvimento local, através da promoção do turismo, restauração e artesanato, contribuindo para a produção de uma imagem mais atrativa do local e favorecendo a captação de novos investimentos*” (Rigueiro, 2014, p. 7).

Similarmente, na ótica de Silva (2000), nas suas diversas vertentes, o património é um recurso imprescindível no âmbito do desenvolvimento local (ainda que, por vezes, se registem versões extremas de utilização turística dos recursos patrimoniais) e, como tal, constitui um instrumento de mudança social.

O património tornou-se uma componente essencial da indústria turística com implicações económicas e sociais evidentes. A exploração turística dos recursos patrimoniais permite inverter a forte tendência de concentração da oferta turística junto ao litoral, dispersando o turismo para o interior, para as pequenas cidades, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando assim como fator de criação de emprego e de revitalização das economias locais. Representa também benefícios evidentes no que concerne aos custos de preservação do património, que muitas vezes não podem ser assegurados pelos poderes locais (p. 220).

Por sua vez, “(...) o conceito de sustentabilidade tem ganho cada vez mais relevância no âmbito do turismo. O ano de 2017 foi considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional do Turismo Sustentável” (Turismo de Portugal, 2019), porquanto tem-se registado um crescimento tão elevado do turismo internacional, gerando a preocupação de garantir a sustentabilidade do turismo a longo prazo, baseada no equilíbrio de valores ambientais, económicos e socioculturais.

O turismo constitui um fator determinante para desenvolvimento de um território. Nomeadamente, o turismo “ (...) valoriza os espaços e o património, gera consumos, induz ofertas, atrai promotores, sustenta dinâmicas” (Cavaco, 2013, cit. por Gomes, 2017, p. 14). Consequentemente, o turismo pode criar diversos benefícios económicos quer para os territórios, quer para as nações.

O sector turístico, para além de promover a criação de emprego e contribuir para o PIB, impulsiona o investimento e a inovação, favorece e cria infraestruturas, preserva o ambiente com práticas ambientais sustentáveis, apoia e incentiva o desenvolvimento regional e tenta satisfazer as necessidades dos cidadãos e dos turistas (Oliveira, 2013, cit. por Gomes, 2017, p. 19).

De uma forma geral, e a respeito dos ODS, “(...) o turismo pode contribuir direta e indiretamente para todos os objetivos, mas mais concretamente para os objetivos 8, 12 e 14 que estão relacionados com o desenvolvimento económico inclusivo e sustentável, o consumo e a produção sustentável e o uso sustentável dos oceanos e dos recursos marinhos” (Turismo de Portugal, 2019).

2.2.3 Gestão sustentável do património e do turismo

As estratégias de desenvolvimento local estão cada vez mais ligadas ao setor do turismo (Carvalho, 2003; Vieira, 2014). “A questão da relação entre a indústria do turismo e o património, especificamente a problemática do desenvolvimento turístico sustentável tem sido objeto de análise por diversos investigadores” (Vieira, 2014, p. 5). A publicitação do Relatório Brundtland propiciou em larga medida a transposição das questões de sustentabilidade para o turismo e, ao que tudo indica, o reconhecimento do desenvolvimento sustentável no âmbito turístico levou à adoção de outros termos, nomeadamente o de *turismo sustentável* e o de *desenvolvimento turístico sustentável*.

O turismo sustentável pode ser definido como “(...) *turismo que leva em conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais atuais e futuros, abordando as necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs*” (UNWTO, 2005, p.11) As diretrizes e práticas de gestão do desenvolvimento sustentável do turismo apontam os aspetos ambientais, económicos e socioculturais como princípios de sustentabilidade, pelo que essas três dimensões devem comungar num equilíbrio adequado para garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

Não obstante, Vieira (2014) esclarece que os termos acima referidos nem sempre traduzem o mesmo conceito. Para afastar qualquer tipo de ambiguidade, sugere a mesma autora a sua substituição pela seguinte expressão alternativa: *desenvolvimento sustentável no contexto do turismo*.

É ponto assente a correlação existente entre o património e o turismo, como também já conhecemos os múltiplos benefícios que estes dois setores poderão oferecer às sociedades e aos territórios. Porém, o mesmo “(...) *não significa que todos os territórios marcados pelo turismo sejam sustentáveis ao longo do tempo, face à evolução e complexificação das práticas turísticas e às dinâmicas de atratividade dos próprios territórios de turismo*” (Cavaco, 2013, cit. por Gomes, 2017, p. 14).

Ainda a respeito dessa interdependência, Silva (2000) aponta para a necessidade premente de se estabelecer garantias a favor de toda a comunidade, bem como de todos os intervenientes e mediadores:

O desafio que se coloca ao turismo é o de utilizar os recursos patrimoniais numa perspetiva de desenvolvimento durável, assente em critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem numa efetiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem (p. 221).

Adicionalmente, sob o ponto de vista do turismo sustentável, presume-se que haja da parte dos intervenientes um conjunto de ações estrategicamente pensadas e estruturadas, em torno das quais se possam cumprir determinadas exigências:

- 1) Aproveitar ao máximo os recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o património natural e a biodiversidade.
- 2) Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de acolhimento, conservar o património cultural construído e vivo e os valores tradicionais e contribuir para a compreensão e tolerância interculturais.

3) Assegurar operações económicas viáveis e de longo prazo, proporcionando benefícios socioeconómicos a todas as partes interessadas que sejam distribuídas de maneira justa, incluindo oportunidades estáveis de emprego e geração de renda e serviços sociais para as comunidades anfitriãs e contribuindo para a redução da pobreza (UNWTO, 2005, p.12).

Na mesma linha, Vieira (2014) relembra os princípios para o desenvolvimento turístico sustentável, enunciados pela OMT:

- Os recursos naturais, históricos e culturais devem ser preservados para utilização futura, ao mesmo tempo que permitem a obtenção de benefícios pela sociedade atual;
- O desenvolvimento turístico deve ser planeado e gerido de modo a que não se provoquem problemas graves ao nível ambiental e sociocultural na área de destino;
- A qualidade do ambiente na área de destino deve ser preservada e até melhorada, se necessário;
- Deve-se procurar manter um elevado grau de satisfação do turista com a visita, de modo a que o destino turístico conserve a sua atratividade e popularidade;
- Deve ser promovida uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local (p. 5).

Retomando a questão da descentralização enquanto estratégia promotora do modelo global de desenvolvimento sustentável (assunto exposto anteriormente), a responsabilidade partilhada é igualmente considerada no âmbito da gestão sustentável do património e do turismo. Com efeito, “(...) *o desenvolvimento sustentável do turismo requer a participação informada de todos os interessados relevantes, bem como uma forte liderança política para garantir ampla participação e construção de consenso*” (UNWTO, 2005, p.12). Deseja-se que a gestão do património cultural resulte “(...) *através da articulação de esforços e de competências entre todos os níveis do poder e com a necessária participação das várias entidades com atribuições nos domínios do património e do turismo*” (Silva, 2000, p. 222). As autarquias locais, por exemplo, desempenham um papel fundamental, cabendo-lhes o dever de promover dinâmicas potenciadoras de desenvolvimento local. O poder local é, como refere Café (2007), “ (...) *aquele que, afinal, está mais próximo das suas populações e das suas respetivas singularidades*” (p. 75).

O fomento da sustentabilidade não se fica pela intervenção dos agentes culturais locais, abrange também a envolvimento das comunidades locais. Este delineamento constitui uma estratégia inovadora de gestão sustentável do património, como refere Café (2007). Trata-se de uma experiência de moldar a consciência das comunidades locais, fornecendo-lhes uma visão global da sua herança cultural (ligação entre o passado e o presente) e projetando a antevisão do futuro.

Para este efeito, há necessidade de se afirmar o património, memórias e identidades locais como objetos de uma estratégia de preservação e divulgação, em particular, junto das camadas mais jovens, no âmbito dos serviços educativos e de um projeto educativo que, para além de ser direcionado, obviamente, para as escolas, poderá de igual modo prever ações junto de outras camadas das comunidades, promovidas por elas próprias, em função das suas necessidades e interesses: idosos, associações culturais e desportivas, programas turísticos, *inter alia* (p. 13).

Por sua vez, Russo (2001), nas palavras de Vieira (2014), acredita que “(...) o desenvolvimento turístico sustentável, baseado na exploração das atrações culturais, não pode ser alcançado se os utilizadores do património, os turistas e residentes, não forem culturalmente preparados para apreciá-lo” (p. 6). Como tal, a mesma autora dá-nos conta dos fatores que um qualquer destino turístico-patrimonial deve ter presente para o desenvolvimento turístico sustentável:

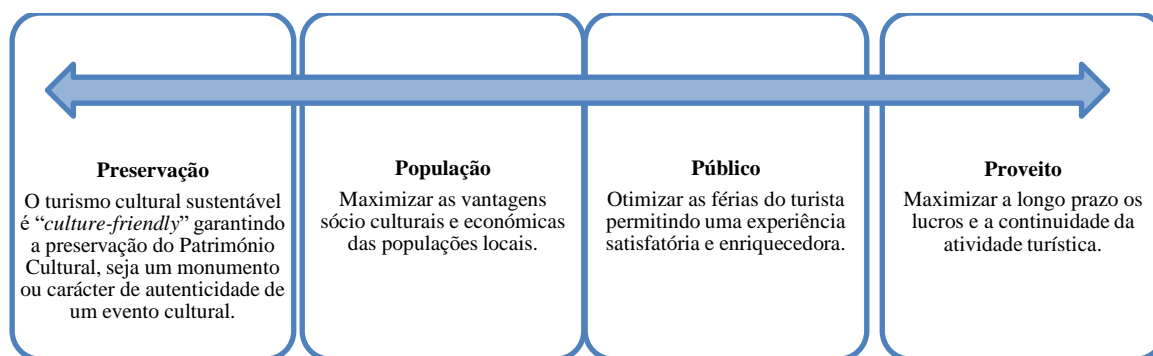
1. Conseguir definir o produto;
2. Ter consciência dos impactos físicos e sociais;
3. Saber posicionar o seu produto, através dos fatores que o distingue dos seus concorrentes;
4. Estar atento aos impactos sobre os recursos e ter presente as alterações climáticas (globais);
5. Tentar otimizar os benefícios;
6. Dar especial atenção à concorrência, diferenciando-se através da criação de um produto de qualidade;
7. Suportar e financiar os recursos patrimoniais, no contexto de uma gestão proativa (*Council of Europe*, 2006, cit. por Vieira, 2014, p.6).

Importa ainda saber que “(...) a relação entre património e turismo não é mecânica: o aumento da procura turística do património, de forma sustentada, assenta na qualidade da oferta, isto é, não só na qualidade do património, mas também na qualidade turístico-cultural que é proporcionada (Bucho, 2010, cit. por Julião, 2013, p. 36). Ou seja, ao passo que é importante o reconhecimento da qualidade do património de um território, por parte das entidades culturais e científicas internacionais, é imprescindível também a adoção de uma política cultural e turística que se mostre empenhada em saciar as vontades dos turistas e, adicionalmente, superar dentro dos possíveis as suas expectativas e motivações. Para tal, é necessário desenvolver uma série de facilidades para os turistas, no que toca nomeadamente à disponibilidade do património, ao nível da segurança, à previsão e superação de eventuais constrangimentos, à preparação de uma oferta variada e adequada de transportes e de alojamento, entre outras.

Julião (2013) parece corroborar com esta ideia, referindo a otimização as férias do turista como um dos fatores essenciais da sustentabilidade do turismo cultural. Na Figura 5,

encontra-se esquematizada a ideia apontada pelo autor, o qual identifica a preservação, a população, o público e o proveito como sendo os “4 Ps” da sustentabilidade do turismo cultural.

Figura 5 – Os “4 Ps” da sustentabilidade do turismo cultural



Fonte: Elaboração própria, adaptada de Julião, 2013

Nessa ótica, um dos princípios subjacentes ao turismo cultural sustentável consiste em aproveitar o potencial do património para fomentar o desenvolvimento regional permanente.

Pelo que até aqui foi exposto, o património e o turismo cultural constituem a chave para o desenvolvimento económico e social, com destaque para as áreas mais enfraquecidas, sobretudo vilas e aldeias quase despovoadas, que à conta deste raciocínio de aproveitamento das potencialidades endógenas não se deixa perder a sua identidade cultural.

Ao nível do património e no turismo cultural, apenas um investimento participativo, consciente e descentralizado, poderá conduzir ao desenvolvimento dos territórios centrado na sustentabilidade.

II PARTE – ESTUDO DE CASO

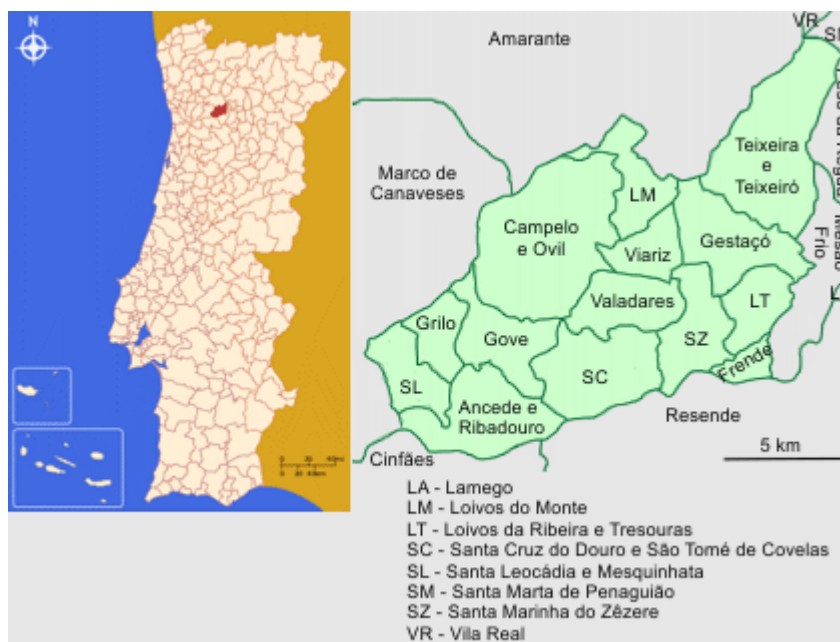
Capítulo 3 - CONCELHO DE BAIÃO EM ANÁLISE

Uma vez que o presente estudo incide sobre o concelho de Baião, justifica-se um espaço destinado à respetiva caracterização territorial. É essa caracterização que se apresenta de seguida e que recai, fundamentalmente, numa posição geográfica do concelho, nos aspetos socioeconómicos, bem como em vários outros aspetos considerados de carácter pertinente para este estudo. Faz-se ainda alusão aos principais pontos de interesse turístico locais, bem como se referenciam as atividades de intervenção desenvolvidas no âmbito cultural num passado recente.

3.1 Enquadramento geográfico e socioeconómico

O concelho de Baião, do distrito do Porto e da sub região estatística do Tâmega (NUTIII), localiza-se na Região do Tâmega e Sousa do Norte de Portugal, na margem norte do rio Douro. Fica enquadrado na serra do Marão, sendo o concelho mais interior do distrito.

Figura 6 – Localização do concelho de Baião, freguesias e limites



Fonte: Visitar Portugal, 2018

Baião tem cerca de 20 525 habitantes distribuídos por 174,53 km² de área subdividida em 14 freguesias/união de freguesias: Ancede e Ribadouro - Campelo e Ovil - Freixo - Gestação - Góve - Grilo - Loivos da Ribeira e Tresouras - Loivos do Monte - Santa Cruz do Douro e

Covelas - Santa Leocádia e Mesquinhata - Santa Marinha do Zêzere - Teixeira e Teixeiró - Valadares – Viariz.

O município foi criado a 1 de setembro de 1513 – Foral de D. Manuel I. É limitado a norte pelo município de Amarante, a leste pelo Peso da Régua e por Mesão Frio, a sul por Resende e Cinfães, a oeste pelo Marco de Canaveses e a nordeste por Santa Marta de Penaguião (Visitar Portugal, 2018).

Do ponto de vista populacional, principalmente no setor masculino, tem-se verificado uma diminuição de residentes, que se deve a fatores migratórios, para outras localidades nacionais ou para o estrangeiro.

No que diz respeito à estrutura familiar, é frequente verificar-se a ausência do progenitor (pai) pelo facto de trabalhar longe da residência e, conseqüentemente, longe da família, ficando a educação dos filhos apenas ao cargo da progenitora (mãe).

A população baionense, em geral, é detentora de uma formação académica meramente basilar. Nesta medida, é de salientar a percentagem significativa de indivíduos adultos que se apresentam desempregados ou então, estando eles no ativo, se encontram a exercer maioritariamente profissões pouco abonadas.

“Na caracterização socioprofissional dos pais verifica-se que na sua maioria trabalham na construção civil, única profissão em destaque nesta região. (...) As mães, na sua maioria, são domésticas o que vem confirmar o papel da mãe como elemento central na organização e acompanhamento da vida escolar dos filhos” (Projeto Educativo TEIP, 2008, p. 15). Esta posição, como era de esperar, gera alguma instabilidade económica para as famílias, obrigando-as ao exercício de contingências e a adotar um estilo de vida que se traduz por uma certa precariedade.

No que se refere ao índice de desenvolvimento económico e social, segundo os dados disponíveis no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil (2012):

O município de Baião está classificado nas últimas posições (272^a), numa tabela na qual o município mais desenvolvido é o de Lisboa (...) pautando-se Baião como um dos mais deprimidos concelhos do país, numa conjuntura que tende a agravar-se face à situação económico-social que se vive atualmente. (...) Comparando os dados do Censo de 2001 com os de 2011, verifica-se que a taxa de desemprego aumentou de 10,2% para 18,9% (p. 15).

O documento supracitado refere ainda que o local se encontra em declínio demográfico, pelas já referidas elevadas taxas de migração e pelas baixas taxas de natalidade, como se confirma pelos dados que constam na Tabela 3.

Tabela 3 – Dados relativos à residência, envelhecimento e crescimento populacional

INDICADOR	VALOR	
	TÂMEGA	BAIÃO
População residente (2011)	560 672	20 525
População jovem % (0-14 anos)	18,3	16,3
População idosa (> 65 anos)	12,49	16,9
Índice de envelhecimento (2007)	68,2	103,9
Índice de dependência de idosos	18,1	25,3
Taxa de crescimento efetivo (2007)	0,02	- 1,15
Taxa de crescimento natural (2007)	0,27	- 0,19
Taxa de crescimento migratório	- 0,25	- 0,96

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Projeto Educativo, 2012, p. 17

O mesmo documento caracteriza a região de Baião pelas elevadas taxas de analfabetismo e abandono escolar, superiores às da região Norte e à média Nacional, segundo os indicadores de educação e qualificação (Projeto Educativo, 2012, p. 19).

Tabela 4 - Dados da escolarização no concelho de Baião

INDICADOR	VALOR	
	TÂMEGA	BAIÃO
Taxa de escolarização – Pré-escolar	70,8	66,6
Taxa bruta de escolarização – Ensino Básico	113,5	112,6
Taxa bruta de escolarização – Ensino secundário	63,2	52,8
Taxa de retenção e desistência – Ensino básico	10,5	13
Taxa de transição/conclusão – Ensino secundário	75,9	75,5
Taxa de abandono escolar	6,2	6,3
Taxa de analfabetismo	10,2	16

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Projeto Educativo, 2012, p. 19

Segundo a base de dados PORDATA, Baião apresentava em 2011 uma taxa de desemprego igual a 19,4%, facto este que se reflete, naturalmente, no limitado poder de compra da

população, então traduzido por um índice que timidamente se posiciona acima dos 50%, conforme se mostra na Tabela 5.

Tabela 5 – Taxa de desemprego e poder de compra no concelho de Baião

CENSO	BAIÃO	
	TAXA DE DESEMPREGO (%)	PODER DE COMPRA (% PER CAPITA)
2001	10,2	---
2011	19,4	52,63

Fonte: Elaboração própria, adaptado de PORDATA

Neste contexto, vale referir que o concelho de Baião integra indivíduos oriundos de famílias com baixo capital cultural, com reduzido poder económico e que apresentam baixas expectativas no que diz respeito à sua formação e desempenho profissional. E ainda no que respeita ao quadro económico, há a referenciar o seguinte:

O setor primário domina a economia do concelho, sendo a agricultura a principal atividade nas várias freguesias. Nos solos férteis cultivam-se cereais, produtos hortícolas, frutas e vinhos. A pecuária e a exploração florestal também estão presentes e, juntamente com alguns serviços, o pequeno comércio, a pequena indústria, nomeadamente de confeções e a construção civil, completam o quadro económico do concelho de Baião (Gomes, 2017, p. 53).

3.2 Os principais pontos de interesse turístico do município de Baião

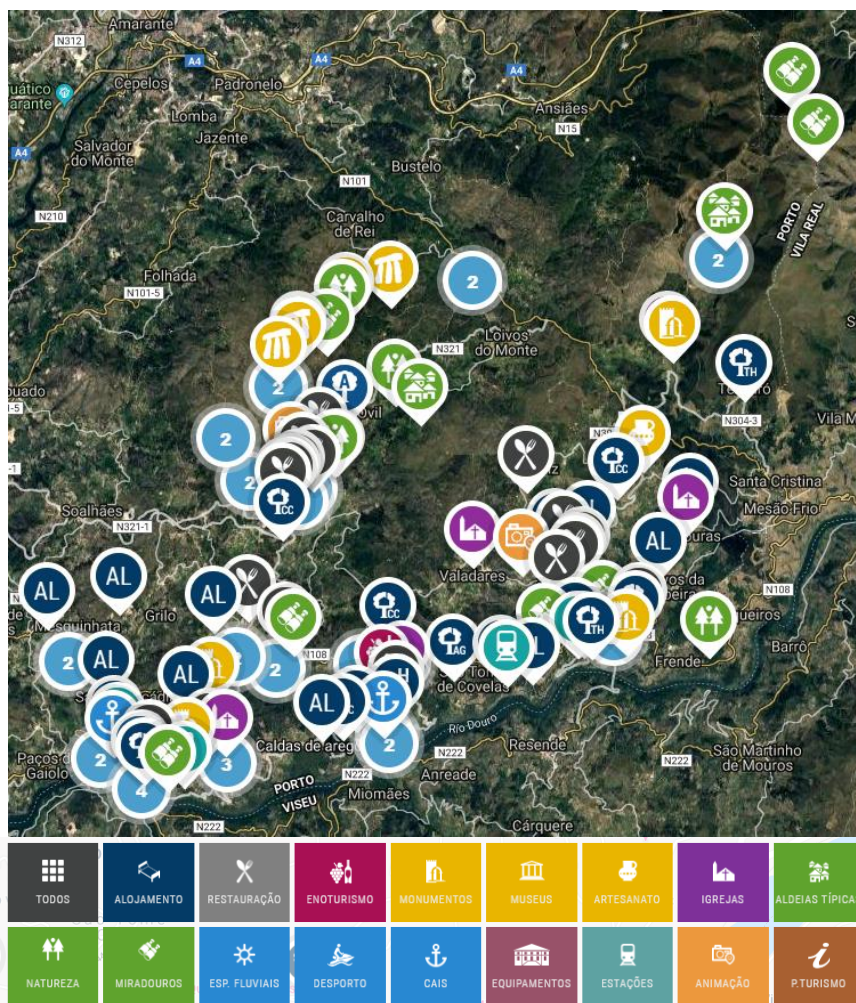
O concelho de Baião apresenta grandes potencialidades do ponto de vista da oferta turística, o que por si só constitui uma alavanca para o desenvolvimento económico do concelho. Tal como refere Gomes (2017), “(...) sente-se a história deste concelho na gastronomia, nos seus vinhos, no seu artesanato ou nas obras de vários escritores como Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco ou Augustina Bessa Luís” (p. 52).

Pretende-se aqui delinear a oferta e os principais pontos de interesse turístico da localidade, sem que se trate de uma descrição exaustiva. Conta-se, para o efeito, com a informação, maiormente, disponibilizada pelo Site Oficial de Turismo em Baião, que decorre de um “(...) projeto desenvolvido pela autarquia com o objetivo de promover o turismo no Município de Baião, disponibilizando informação sobre a oferta hoteleira, patrimonial, paisagística, gastronómica e cultural” (VisitBaião, 2019). Trata-se, quanto se percebe, de uma vasta

oferta, rica tanto na sua variedade como na sua singularidade, pelo que este recurso interativo veio, seguramente, descomplicar o levantamento e a disposição dos principais pontos de interesse turístico do município.

A Figura 7, que a seguir se apresenta, pode oferecer-nos uma primeira impressão visual da vastidão da oferta turística que se estende ao longo de toda a amplitude territorial do concelho de Baião.

Figura 7 – Mancha gráfica da oferta turística do concelho de Baião



Fonte: VisitBaião, 2019

Esta mancha transmite, desde logo, a ideia de que Baião está ricamente apetrechado de oferta turística, sendo notório que o território abrange, quase em pleno, as diferentes categorias sugeridas pela imagem.

Para começar, Baião oferece várias opções de alojamento, que vai desde o Douro Royal Valley Hotel & Spa, em Ancede e Ribadouro, ou do luxuoso hotel de quatro estrelas Douro

Palace Hotel Resort & Spa, em Santa Cruz do Douro, até às várias dezenas de outros géneros de hospedagem distribuídos por toda a região (ver Tabela 6).

Tabela 6 – Inventário da categoria “Alojamento” da oferta turística de Baião

OPÇÃO DE ALOJAMENTO	OFERTA	FREGUESIA/ UNIÃO DE FREGUESIAS
Hotel	Douro Royal Valley Hotel & Spa	Ancede e Ribadouro
	Douro Palace Hotel Resort & Spa	Santa Cruz do Douro
Turismo Habitação	Casarão Quinta da Ermida Quinta do Ervedal Quinta de Guimarães	Santa Marinha do Zêzere
	Quinta das Quintãs & Spa	Santa Cruz do Douro
	Casa do Monte	Teixeira e Teixeira
	Quinta da Casa Grande de Pinheiro	Valadares
	Casa da Cochêca	Santa Leocádia e Mesquinhata
Casa de Campo	Casa das Feitorias	Loivos da Ribeira e Tresouras
	Quinta de Marnotos	Gestaço
	Casa do Silvério Casas de Pousadouro	Santa Cruz do Douro
	Casa da Calçada da Casa da Torre de Porto Manso Casa da Garagem da Casa da Torre de Porto Manso Casa da Eira de Porto Manso Quinta das Aguincheiras	Ancede e Ribadouro
	Casa da Porta da Cochêca	Santa Leocádia e Mesquinhata
	Aconchego das Raízes	Campelo e Ovil
Agroturismo	Quinta da Covela	Santa Cruz do Douro
Enoturismo	Casa da Lavand’Eira	Ancede e Ribadouro
Alojamento Local	Casa de Silvares	Grilo
	Casa do Escoivo	Loivos da Ribeira e Tresouras
	Casa Vista Aregos Casa Vista Douro	Santa Cruz do Douro
	Casa da D. Mariquinhas Casa de Mirão Quinta da Cartida	Santa Marinha do Zêzere
	Solar da Motta Casa Douro Terrace Casa da Quinta do Loureiro	Ancede e Ribadouro
	Raízes e Partículas Casa de Nogueira	Santa Leocádia e Mesquinhata
	Casa do Almocreve Casa da Eira	Gôve
Albergues	Casa da Comunidade de Mafômedes e Apoio à Observação da Natureza	Teixeira e Teixeira
	Aconchego e Memórias de Porto Manso – Ribadouro	Ancede e Ribadouro
	Casa da Juventude e Desporto de Baião	Campelo e Ovil

Fonte: Elaboração própria

Baião é igualmente atrativo no que diz respeito à restauração. Do mesmo modo que o setor do alojamento conduz ao desenvolvimento da região, a restauração cumpre com um papel determinante na dinamização económica local. Regista-se um diversificado leque de restaurantes de ambiente familiar e com comida caseira, espalhados um pouco por todo o concelho (ver Tabela 7).

Tabela 7 – Inventário da categoria “Restauração” da oferta turística de Baião

OFERTA	FREGUESIA/ UNIÃO DE FREGUESIAS
Pensão Borges Restaurante Café e Snack Bar Batim Restaurante Fonte Nova Restaurante O Refúgio do Estudante Restaurante Tasca do Dino Restaurante Primavera Restaurante O Assador da Vila Restaurante Flor de Baião Tasquinha do Fumo	Campelo e Ovil
Casarão - Turismo e Eventos CMR Catering & Eventos Restaurante O Cruzeiro Restaurante Novo Sol Restaurante O Naco Restaurante Assador de Vila II Restaurante Churrascaria Zezerense Restaurante O Escondidinho do Zêzere Restaurante e Churrascaria Ideal	Santa Marinha do Zêzere
Restaurante de Tormes Restaurante Casa do Lavrador Restaurante Solar do Douro	Santa Cruz do Douro
Restaurante A Casa do Almocreve Restaurante O Alpendre Restaurante Penacurva Restaurante da Tapada Restaurante O Vasconcelos	Góve
Restaurante Tasca do Valado	Teixeira e Teixeira
Restaurante e Adega Regional O Famoso Restaurante da Azenha	Ancede e Ribadouro
Tasquinha D’Otilia	Valadares

Fonte: Elaboração própria

Naturalmente, aliados à restauração estão também a qualidade dos produtos locais e a gastronomia local, que assumem similarmente um lugar de destaque na promoção da região. As especialidades gastronómicas são, pois, um símbolo do marketing territorial, das quais se destacam o Arroz do Forno com Anho Assado, o Bazulaque (ou Verde), o Cozido à

Portuguesa, a Posta de vitela Arouquesa, o Arroz de Favas e o Caldo Verde. É também reconhecida a qualidade das suas carnes, nomeadamente o tradicional fumeiro da região. As doçarias que Baião disponibiliza são o tradicional e emblemático Biscoito da Teixeira, as Cavacas de Mesquinhata, o Bolo da Prima, os licores e as compotas. Uma verdadeira arte do concelho prende-se, ainda, com a produção do Vinho Verde Branco da Casta Avesso, conhecido desde a Idade Média. No setor do enoturismo, Baião conta, particularmente, com a Quinta de Porto Ferrado de Santa Cruz do Douro. E, por sua vez, a Quinta da Covela, da mesma localidade, participa ao nível do agroturismo.

Como não podia deixar de ser, Baião apresenta-se com uma enorme riqueza histórica de monumentos, que vale destacar. A Serra da Aboboreira serve-nos de um bom exemplar, ostentando um maciço granítico que marca a paisagem, composto por um vasto conjunto de monumentos megalíticos (pedras de grandes dimensões). Consistem em monumentos funerários (dólmenes), que terão sido construídos por povos primitivos há mais de seis mil anos (Neolítico, V-IV a.C.). Este conjunto megalítico encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1990.

Do conjunto megalítico existente na região, propõe-se uma visita a pelo menos cinco monumentos, onde poderá encontrar:

- Dólmenes, abertos ou fechados, onde se manteve exposta a couraça pétreo da mamoa (Outeiro de Gregos 2 e Outeiro de Gregos 3);
- Pequeno dólmen, com tampa e mamoa de reduzidas dimensões (Meninas do Crasto 3);
- Dólmen de Outeiro de Ante 1, construído numa elevação natural, destacando-se fortemente na paisagem. Infelizmente, a maioria dos seus esteios foram cortados.
- Dólmen de Chã de Parada, Monumento Nacional desde 1910, de grandes dimensões, com gravuras nos seus esteios e com um corredor de acesso (VisitBaião, 2019).

Prosseguindo pela via dos monumentos, em Ancede e Ribadouro podemos visitar o conjunto arquitetónico do Mosteiro de Santo André, composto pela Igreja, o Mosteiro e a Capela do Senhor do Bom Despacho. O Mosteiro de Santo André integrava a Diocese do Porto já no ano de 1120 (referência mais antiga, século XII) e terá sido fundado em data anterior a esta. Este convento terá sido ocupado pelos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, por volta de 1160. *“Durante vários séculos este mosteiro deteve um considerável património fundiário ligado à produção vinícola, que lhe permitiu beneficiar de grande poder económico”* (Pinto, Monteiro & Marques, 2010, p. 62). Porém, em meados do século XVI, o Mosteiro de Santo André terá entrado num período de decadência. A construção da Capela do Senhor do Bom Despacho, por sua vez, remonta ao século XVIII e cuja arquitetura barroca apresenta como principais características a planta octogonal e o estilo joanino.

A título de mais um exemplo, o Pelourinho da Teixeira, em Teixeira e Teixeiraó, datado do ano 1514, é também um Imóvel de Interesse Público.

Dispensando de qualquer explicativo, a Tabela 8, que a seguir se apresenta, compõe um inventário compreensível da oferta turística local, no que diz respeito à categoria dos principais monumentos.

Tabela 8 – Inventário da categoria “Monumentos” da oferta turística de Baião

MONUMENTO	FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS
Outeiro de Ante 1 (Mamoas) Outeiro de Ante 3 (Mamoas) Outeiro de Gregos 1 (Mamoas) Outeiro de Gregos 2 (Mamoas) Outeiro de Gregos 3 (Mamoas) Meninas do Crastro 3	Campelo e Ovil
Dólmen de Chá de Parada I (Mamoas)	Loivos do Monte
Mosteiro de Santo André Ponte de Esmoriz Calçada Romana de Ribadouro Lagar Escavado na Rocha de Cerdeiras Centro Interpretativo da Vinha e do Vinho do Mosteiro de Santo André	Ancede e Ribadouro
Castelo de Frende	Frende
Pelourinho da Teixeira	Teixeira e Teixeiraó

Fonte: Elaboração própria

Baião é palco de característicos espaços museológicos, dos quais se destacam o Núcleo Museológico da Casa de Tormes e a Casa do Lavrador, em Santa Cruz do Douro, e o Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal de Baião, em Campelo e Ovil.

A Fundação Eça de Queirós, em Santa Cruz do Douro, destaca-se pelos seus princípios culturais, educativos e artísticos, dando asas à perpetuação do escritor José Maria Eça de Queiroz, através da difusão da sua obra, tanto a nível nacional como internacional. De salientar que Baião é amplamente referenciado na literatura, dado o louvor a Eça de Queiroz, a Camilo Castelo Branco, a Augustina Bessa Luís ou a António Mota.

A Casa do Lavrador, enquanto museu rural e etnográfico, apresenta-se como uma herança de tradições e memórias. Em terceiro, o Museu Municipal de Baião, onde se encontram em exposição permanente os trabalhos resultantes das escavações arqueológicas na Serra da

Aboboreira e Castelo de Matos, nomeadamente um conjunto de vestígios materiais das sociedades que nos antecederam e que, de alguma forma, nos revelam estilos de vida e hábitos dos nossos antepassados.

Na área do artesanato, podemos encontrar o Núcleo de Artes e Ofícios Tradicionais - Casa das Bengalas de Gestação: *“(...) é um núcleo de artes e ofícios criado com o intuito de preservar a memória histórica de um ofício com largas décadas de tradição na freguesia e no concelho, valorizar socialmente a atividade e criar um espaço de exposição, demonstração e comercialização das bengalas”* (VisitBaião, 2019). Há ainda a destacar a Cestaria de Giesta Piorna de Frende, sempre criativas e artesanais, bem como a arte da marcenaria, do mosaico ou da cantaria em granito e lavores.

Baião distingue-se também pelos seus requintes arquitetónicos e são exemplo disso as várias igrejas do concelho. As mais fastigiosas são as Igrejas Matriz de Santa Cruz do Douro, de São Tiago de Valadares, de São Miguel de Tresouras, de Santa Marinha do Zêzere, de São Pedro da Teixeira, a Capela de Santa Comba de Telões, bem como a Igreja Matriz e a Capela do Senhor do Bom Despacho, que integram o já referido conjunto arquitetónico do mosteiro de Santo André de Ancede. Acresce os vários e belos Coretos, que são elementos estruturantes associados às festas, convidativos à música e à confraternização das populações. Estes elementos culturais, alguns até considerados belas peças escultóricas, encontram-se localizados envolta de espaços de culto religioso, como adros e largos das capelas e das igrejas. Os coretos de Baião encontram-se distribuídos por várias freguesias e lugares, mais precisamente em Ancede, Ribadouro, Anquião, Gôve, Santa Cruz do Douro, Gestação, Santa Marinha do Zêzere e Valadares.

Não fugindo à mesma linha, são, igualmente, pontos de interesse a visitar, dadas as suas características pitorescas, o conjunto rural de cinco aldeias típicas – Aldeia de Almofrela, Aldeia de Porto Manso, Aldeia de Matos, Aldeia de Mafómedes e Aldeia de Telões e Lugar do Eido. Ou então, conhecer os distintos moinhos, sendo que uma minoria ainda se encontra em funcionamento; os inúmeros canastros espalhados um pouco por todo o concelho; as estruturas de beiral e as eiras; o Carvalho Secular localizado na freguesia do Gôve; a Pedra do Sol, em Campelo e Ovil, que é um batólito granítico isolado que funciona como um relógio de sombra; ou ainda a ponte de Caminhos-de-Ferro, na freguesia de Ribadouro, cuja arquitetura a embelezou com seis arcos.

A primar pela natureza, Baião conquista pela oferta paisagística, ora seja pelo Rio Douro, que é uma fronteira natural do concelho, ora seja pelas amplas e verdes paisagens de socalcos de vinha, onde se produz o procurado vinho verde da região. As estações/apeadeiros e os cais, junto à margem direita do Rio Douro, são locais privilegiados pelas suas surpreendentes paisagens. Os vários miradouros que se estendem pelo concelho, presenteiam-nos igualmente com diferentes vistas panorâmicas para as encostas do vale do Douro e, especialmente, para o rio Douro. “*A paisagem de Baião é hoje o resultado da forma distinta como o homem ocupou e transformou o território ao longo de milhares de anos, resultando numa paisagem de grande valor cultural, com um forte legado patrimonial*” (VisitBaião, 2019).

Porém, o padrão cultural não se fica por aqui. “*O concelho de Baião apresenta valores patrimoniais notáveis, panoramas surpreendentes, costumes e tradições que enriquecem e particularizam esta zona do país*” (VisitBaião, 2019). Baião sente-se ainda pelos seus atributos, como sejam o Folclore e as Bandas Marciais, que são algumas das demonstrações culturais fortemente vivenciadas no concelho. Conta com o Rancho Folclórico da vila de Baião, Ancede, Santa Cruz do Douro e de Gestaçô, e com as bandas marciais de Ancede e de Santa Marinha do Zêzere. São de estimar, ainda, a empresa de animação turística – Caminhos Velhos – em Ancede e Ribadouro, e a Associação de Desenvolvimento Regional de animação turística – Caminhos de Jacinto – em Santa Cruz do Douro. De ressaltar as festas, romarias e outros festejos religiosos realizados ao longo de todo o ano; as festividades relacionadas com o gado; os ranchos folclóricos, as danças e cantares, a parte musical, os trajes variados e os utensílios de aparência, pois são elementos simbólicos recheados de tradição e de saberes humanos.

Acresce a esta extensa lista muitos outros e importantes objetos de manifestação da identidade cultural e histórica da região e do povo de Baião. Para o efeito, a Loja Interativa de Turismo, em Campelo e Ovil, constitui o local de acolhimento apropriado, estando cabalmente pronta com toda a informação turística de proveito.

Rematando este ponto, com poucas palavras se pode descrever Baião: Vida Natural, Terra de Sabores, Terra Milenar, Terra de Cultura, Terra de Aventura e Terra Mágica (VisitBaião, 2019). Já daqui se percebe, com devaneio, que Baião apresenta um património cultural ímpar, num território único e fascinante.

3.3 Dinâmicas culturais no âmbito do Plano Municipal de Cultura e Turismo

Baião tem vindo, nos últimos anos, a diversificar e a ampliar o número de atividades e de infraestruturas ligadas ao lazer e ao turismo, apostando assim na valorização do património local.

No Plano Municipal de Cultura e Turismo (PMCT) de 2017, pode ler-se o seguinte texto, que vem confirmar o exposto: *“Ao longo dos últimos anos foram muitas as medidas de apoio à cultura e os eventos dinamizados sempre com o foco de divulgar e preservar as tradições dos baionenses e de valorizar o território”* (p.1).

Nesse mesmo documento podemos aceder ao calendário anual de agendamento dos principais eventos realizados em Baião, no âmbito da intervenção cultural, tal como a seguir se transcreve.

Janeiro

- Noite de Reis – cantar dos reis
- Encontro Concelhio de Cantadores de Janeiras

Fevereiro

- Carnaval – desfile concelhio
- Carnaval de Ancede

Março

- Feira do Fumeiro, do Cozido à Portuguesa e dos Vinhos de Baião
- Comemorações do Dia da Mulher

Abril

- Sarau anual de dança

Maió

- Noite dos Museus, com visita noturna ao Dolmen Chã de Parada
- Maio Cultural na União de Freguesias de Ancede e Ribadouro

Julho

- Festival do Anho Assado, do Arroz do Forno e dos Vinhos de Baião
- Virar a Mesa do Averso
- Julho Cultural na União de Freguesias de Campelo e Ovil
- Festival Internacional de Folclore do Rancho de Valadares
- Festival Internacional de Folclore do Rancho de Santa Cruz do Douro

Agosto

- Festival Byonritmos
- Encontro concelhio de Emigrantes
- Festas concelhias e de S. Bartolomeu
- Moda Baião – desfile e noite branca
- Festival Internacional de Folclore do Rancho de Baião

Setembro

- Feira do Vinho Verde e das Tasquinhas de Santa Marinha do Zêzere

Outubro

- Campeonato do Mundo de Motonáutica F2

Dezembro

- Fins-de-semana gastronómicos do Porto e Norte (PMCT, 2017, pp. 10-11).

Capítulo 4 - APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO METODOLÓGICO

Uma vez traçados os objetivos inicialmente referidos, enunciam-se aqui algumas questões orientadoras deste estudo: A comunidade local conhece e considera preservado o património cultural de Baião? A comunidade local conhece, gosta e participa nas atividades de intervenção desenvolvidas no âmbito do mais recente PMCT? Os Baionenses reconhecem os contributos que esses elementos culturais podem trazer para a população e para o território?

O presente estudo projetou, como já foi mencionado, um inquérito por questionário aplicado à população de Baião. Neste sentido, apresentam-se neste capítulo os vários passos cumpridos ao longo do processo de desenvolvimento do estudo de caso. Explicita-se, nomeadamente, as opções e procedimentos metodológicos, os pormenores da recolha de dados, do tratamento estatístico e da análise do conteúdo, bem como se apresentam os resultados conseguidos.

4.1 Opções e procedimentos metodológicas

Tendo em conta os objetivos de investigação propostos, optamos por utilizar uma metodologia de investigação quantitativa, de carácter descritivo, tendo como base a recolha de informação obtida por inquirição. Este é um método de investigação usualmente utilizado em pesquisa desta natureza.

Para um primeiro posicionamento no estudo de caso, elaborou-se um inquérito por questionário, conforme Anexo, tendo por base as questões orientadoras deste estudo. A elaboração das questões integradas no questionário foi realizada de forma cuidada, pelo que estas estavam formuladas de uma maneira inteligível, tal como se veio a verificar na prática.

Procedeu-se à aplicação efetiva do questionário com a coleta dos dados, que resultou no posterior tratamento estatístico e análise do conteúdo. Para tal, foi tida em consideração a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa, para assim se produzir uma apresentação dos resultados. Para análise e tratamento dos dados recolhidos, utilizamos o programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) versão 19, tendo sido os dados tratados através da utilização de procedimentos estatísticos univariados (análise das frequências e percentagens), bivariados (análise de tabelas de contingência).

4.1.1 Amostragem

Definiu-se a técnica de amostragem a utilizar na recolha dos dados, tendo sido selecionada a técnica não probabilística e uma amostra por conveniência. A escolha do método de amostragem utilizado face aos constrangimentos temporais e financeiros para a realização deste estudo, bem como devido às características específicas da população e à dificuldade de acesso aos entrevistados.

A dimensão da amostra validada e o método de amostragem selecionados deveram-se às limitações de orçamento para a realização deste estudo. Com o intuito de validar a dimensão da amostra, foram tidos em consideração os dois critérios apontados por Hill e Hill (2005: 53): o “critério esforço mínimo”, de acordo com o qual a amostra é dimensionada de forma a ser tão grande quanto possível, dentro dos limites dos recursos disponíveis, e o “Critério das regras de Trumb”, segundo o qual a dimensão mínima da amostra deve permitir efetuar uma análise estatística adequada aos objetivos.

Deste modo para a constituição da amostra, foram selecionados aleatoriamente 160 habitantes do concelho de Baião, elementos de fácil acesso, que se manifestou na prática pelos contactos informais através das redes sociais, solicitando-lhes o preenchimento do questionário organizado. Foram aplicados 160 questionários, durante os meses de abril e maio de 2018, tendo sido obtidos 128 questionários válidos.

4.1.2 Método de recolha dos dados

A elaboração do questionário foi precedida da consulta de outros questionários realizados no mesmo contexto, tendo como principal fonte o estudo realizado por Lopes (2016). Assim, este estudo serviu de apoio para a elaboração de algumas questões, procurando-se sempre adaptá-las para o caso específico a analisar.

O questionário foi operacionalizado através de questões dicotómicas e de escolha múltipla. Em termos da construção das escalas, foi utilizado, em quase todo o questionário, escalas do tipo Likert de 5 pontos, e foi também colocada uma questão aberta.

A estrutura do questionário encontra-se dividida em três grandes grupos de perguntas:

Grupo A (Parte I do Questionário): Conhecimento e valorização do património de Baião. Nesta primeira secção elaboram-se as questões relativas às perceções dos habitantes no que

diz respeito ao património local, com propósito de compreender em que medida os inquiridos detêm informação sobre os elementos culturais e patrimoniais de Baião e os apreciam.

Grupo B (Parte II do Questionário): Identidade cultural e desenvolvimento. Na segunda secção procurou-se compreender que opinião os baioneses detêm no que diz respeito ao contributo que as atividades de intervenção desenvolvidas no âmbito cultural trazem para o concelho. Procurou-se auferir também sobre a visão da população relativamente a determinados os parâmetros de desenvolvimento local.

Grupo C (Parte III do Questionário): Dados gerais sobre o respondente. Na secção final procuramos obter informações de carácter pessoal, em termos de caracterização socioeconómica dos respondentes (como seja, género, idade, freguesia de residência e habilitações literárias).

Para verificar a adequação, clareza e facilidade de compreensão do instrumento de recolha de dados deve proceder-se a um conjunto de verificações, denominadas como pré-teste. Sendo assim, para garantir que o questionário seria aplicável e que responderia aos objetivos que lhe estão subjacentes, procedemos ao teste de uma primeira versão junto de 15 residentes de Baião.

Das respostas obtidas constatamos a existência de alguns problemas. Nesse sentido, procedemos a algumas correções, sobretudo ao nível da forma e da ordem das questões e, com base nas críticas e sugestões apresentadas, algumas questões foram reformuladas, algumas foram eliminadas e outras acrescentadas.

Também se verificaram algumas alterações nas alternativas de resposta das questões de escolha múltipla e das escalas utilizadas.

4.2 Análise estatística e discussão dos resultados

4.2.1 Caracterização do inquirido

Analisemos em primeiro lugar os quesitos relativos à caracterização dos inquiridos (ver Anexo, Parte III do Questionário).

Analisadas as respostas, constatou-se que dos 128 indivíduos inquiridos, 37,5% são do sexo masculino e 62,5% são do sexo feminino (ver Tabela 9).

Tabela 9 - Distribuição da variável *Género*

<i>GÉNERO</i>	<i>FREQUÊNCIA ABSOLUTA</i>	<i>FREQUÊNCIA RELATIVA (%)</i>
Masculino	48	37,5
Feminino	80	62,5
TOTAL	128	100

Fonte: Elaboração Própria

No que respeita às idades dos indivíduos inquiridos, a taxa de respostas foi de 96,9%, dado que quatro indivíduos não responderam a esta questão.

A média das idades foi de 30,1 anos, sendo que, no que respeita ao género, a média da idade na população feminina é inferior, em quase uma dezena de anos, à média da idade da população do sexo masculino (ver Tabela 10).

Tabela 10 - Medidas descritivas da variável *Idade* por *Género*

<i>IDADE</i>	<i>FREQUÊNCIA ABSOLUTA</i>	<i>MÉDIA</i>
Masculino	47	35,9
Feminino	77	26,7
TOTAL	124	30,1

Fonte: Elaboração Própria

Assim, facilmente se constata que a população inquirida se indica muito jovem.

Relativamente ao grau de instrução dos inquiridos, a taxa de respostas foi de 100%, dado que todos os indivíduos responderam ao solicitado.

Predominam, nesta variável, aqueles que completaram o 3º Ciclo do Ensino Básico (34,4%), seguindo-se os que completaram o Ensino Secundário (28,1%) e os que completaram a Ensino Superior - Bacharelato ou Licenciatura (21,9%).

De referir que com 3,1%, e, em equidade, encontram-se os indivíduos sem escolaridade e os que completaram o 2º Ciclo do Ensino Básico.

As restantes categorias enunciadas em relação ao grau de instrução apresentaram uma reduzida percentagem, entre 0% e 9,4%, conforme se ilustra na Tabela 11.

Tabela 11 - Distribuição da variável *Grau de Escolaridade*

<i>GRAU DE ESCOLARIDADE</i>	<i>FREQUÊNCIA ABSOLUTA</i>	<i>FREQUÊNCIA RELATIVA (%)</i>
Sem escolaridade	4	3,1
1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	4	3,1
2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	0	0
3º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente (9º ano)	44	34,4
Ensino Secundário ou equivalente (12º ano)	36	28,1
Ensino Superior - Bacharelato ou Licenciatura	28	21,9
Ensino Superior - Mestrado	12	9,4
Ensino Superior - Doutoramento	0	0
TOTAL	128	100

Fonte: Elaboração Própria

Quanto ao número de anos de residência no concelho, constatou-se que 100% dos inquiridos residem em Baião há pelo menos um ano. Estes são provenientes de diferentes freguesias/união de freguesias embora não de todas (ver Tabela 12), o que constitui desde logo uma fragilidade para este estudo.

De reparar que desta forma não fica totalmente garantida a representatividade desejada.

Tabela 12 - Distribuição da variável *Freguesia de Residência*

<i>FREGUESIA DE RESIDÊNCIA</i>	<i>FREQUÊNCIA ABSOLUTA</i>	<i>FREQUÊNCIA RELATIVA (%)</i>
Campelo e Ovil	20	15,6
Gestaçô	4	3,1
Gôve	4	3,1
Loivos da Ribeira e Tresouras	8	6,3
Santa Marinha do Zêzere	72	56,3
Valadares	16	12,5
Viariz	4	3,1
TOTAL	128	100

Fonte: Elaboração Própria

4.2.2 Conhecimento e valorização do património de Baião

No que diz respeito ao conhecimento e valorização do património de Baião (ver Anexo, Parte I do Questionário), organizaram-se questões concernentes com as perceções dos habitantes relativamente ao património local, procurou-se ainda compreender em que medida o valorizam e o consideram preservado.

De uma forma geral, é de salientar que, à exceção do Museu Rural e Etnográfico Casa do Lavrador e da Loja Interativa de Turismo de Baião, a maioria dos inquiridos (50% ou mais) considera-se, no mínimo, suficientemente informada em relação aos elementos culturais e patrimoniais supracitados (ver Tabela 13), o que revela que os mesmos não são desconhecidos por grande parte dos inquiridos.

Tabela 13 - Distribuição do grau de informação sobre os elementos culturais e patrimoniais

<i>ELEMENTO</i>	<i>FRACO</i>	<i>INSUFICIENTE</i>	<i>SUFICIENTE</i>	<i>BOM</i>	<i>MUITO BOM</i>
Mosteiro de Santo André	9,4	34,4	37,5	12,5	6,2
Conjunto Megalítico da Serra da Aboboreira	3,1	43,8	43,8	6,2	3,1
Fundação Eça de Queirós	0	9,4	59,2	15,6	15,6
Museu Municipal de Baião	9,4	21,9	53,1	12,5	3,1
Museu Rural e Etnográfico Casa do Lavrador	21,9	43,8	28,1	6,2	0
Loja Interativa de Turismo de Baião	12,5	43,8	40,6	3,1	0
Biscoito da Teixeira	0	9,4	50	21,8	18,8
Arte das Bengalas de Gestação	3,2	15,6	50	15,6	15,6

Fonte: Elaboração Própria

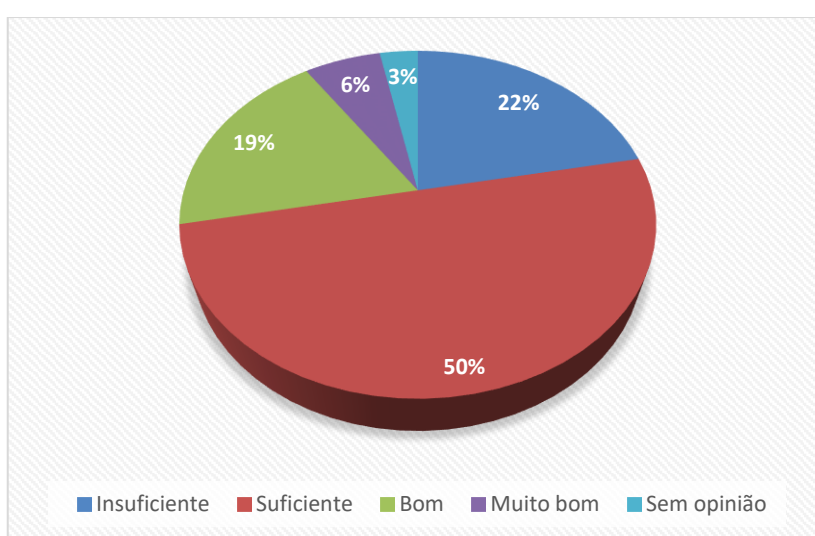
Um total de 21,9% e 12,5% dos inquiridos consideram *fraco* o grau de informação que detêm sobre o Museu Rural e Etnográfico Casa do Lavrador e sobre a Loja Interativa de Turismo de Baião, respetivamente, e estes são os valores mais elevados obtidos em relação a esta classe.

Percebemos também pela análise da Tabela 13, que os elementos culturais e patrimoniais em relação aos quais os inquiridos consideram estar mais informados, correspondem à Fundação Eça de Queirós e ao Biscoito da Teixeira.

Além do conhecimento que os inquiridos têm sobre determinados bens patrimoniais, procurou-se ainda determinar se os mesmos consideram o património, em geral, preservado ou não.

Aqui, em relação ao grau de conservação atribuído ao património cultural local, averiguou-se que uma percentagem não residual dos inquiridos o considera insuficiente (21,9%) e acresce 3,1% que não manifestam opinião, conforme e ilustra no Gráfico 1.

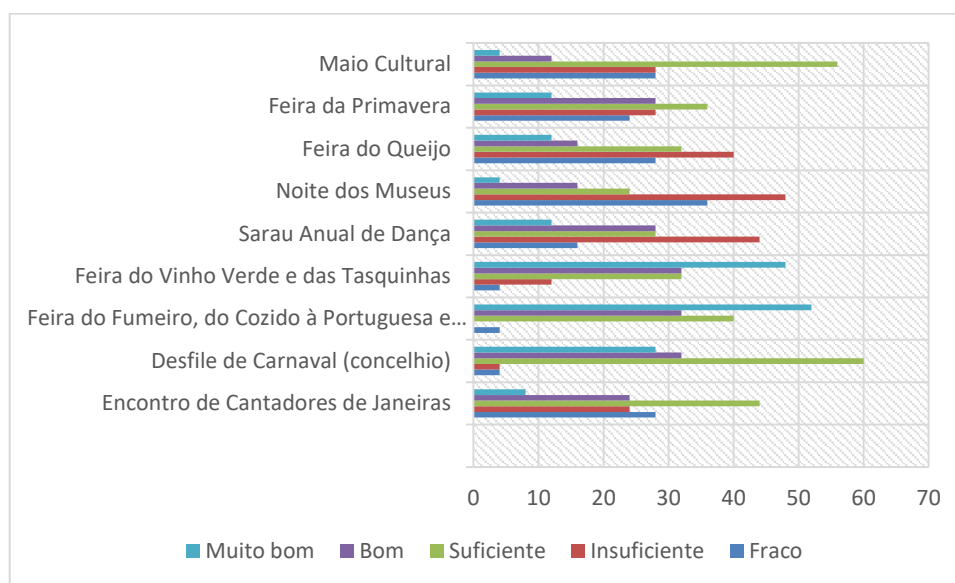
Gráfico 1 – Distribuição do grau de conservação do património local



Fonte: Elaboração Própria

Analisadas, por sua vez, as respostas dadas em relação ao grau de informação sobre cada uma das manifestações culturais indicadas e decorridas recentemente no concelho de Baião, contruiu-se o Gráfico 2 que a seguir se apresenta.

Gráfico 2 – Distribuição do grau de informação sobre as manifestações culturais



Fonte: Elaboração Própria

Será de referir que, à exceção do Desfile de Carnaval concelhio, da Feira do Fumeiro, do Cozido à Portuguesa e dos Vinhos de Baião e, ainda, da Feira do Vinho Verde e das Tasquinhas, a percentagem de indivíduos que responderam “*Fraco*” ou “*Insuficiente*” é muito elevada, variando entre 40,6% e 56,3%, o que representa aproximadamente metade dos inquiridos. São percentagens significativas, que podem querer revelar eventuais lacunas na forma como está a ser feita a divulgação dos eventos mencionados, pelo que aqui sugere a necessidade de implementar alternativas.

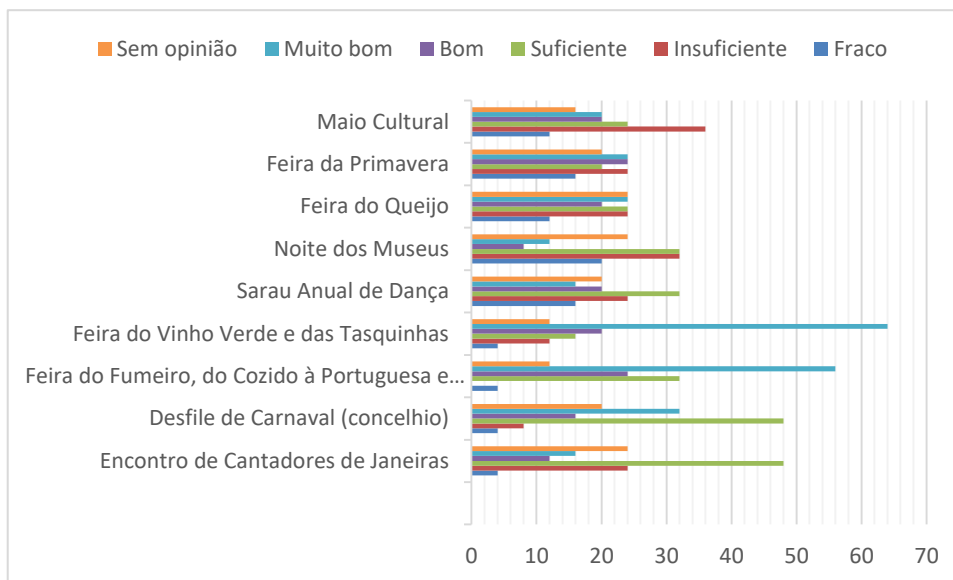
Ao que tudo indica, a Feira do Fumeiro, do Cozido à Portuguesa e dos Vinhos de Baião e a Feira do Vinho Verde e das Tasquinhas são as manifestações culturais mais difundidas no povo baionense, já que as percentagens de inquiridos que responderam “*Suficiente*”, “*Bom*” ou “*Muito bom*” no grau de informação que detêm sobre estes eventos são, consideravelmente, elevadas.

Além do conhecimento/informação que os inquiridos tinham sobre determinadas manifestações culturais, procurou-se também compreender o grau de satisfação em relação às mesmas atividades culturais.

Da análise do Gráfico 3, foi possível constatar uma percentagem significativa dos inquiridos que manifesta não ter opinião formada (“*Sem opinião*”) relativamente aos eventos culturais

mencionados. Poderão estes valores indicar alguma indiferença em relação ao trabalho que é realizado no âmbito do PMCT.

Gráfico 3 – Distribuição do grau de satisfação em relação às manifestações culturais



Fonte: Elaboração Própria

Não obstante a observação anterior, à exceção do Maio Cultural e da Noite do Museus, os resultados revelam que os níveis de satisfação em relação aos eventos culturais realizados são superiores aos da insatisfação.

E mais uma vez, em conformidade com o que atrás foi obtido, a Feira do Fumeiro, do Cozido à Portuguesa e dos Vinhos de Baião e a Feira do Vinho Verde e das Tasquinhas são as manifestações culturais em relação às quais os inquiridos revelam mais satisfação:

- “*Muito satisfeito*” com 43,8% e 50%;
- “*Bom*” com 18,8% e 15,6%;
- “*Suficiente*” com 25% e 12,5%;
- “*Insuficiente*” com 0% e 9,4%;
- “*Fraco*” com 3,1% e 3,1%, respetivamente.

4.2.3 Identidade cultural e desenvolvimento local

No que diz respeito às questões relacionadas com a identidade cultural e desenvolvimento local (ver Anexo, Parte II do questionário), procurou-se perceber, em primeiro lugar, qual a opinião dos baioneses em relação ao contributo que as atividades de intervenção desenvolvidas no âmbito cultural trazem para o concelho.

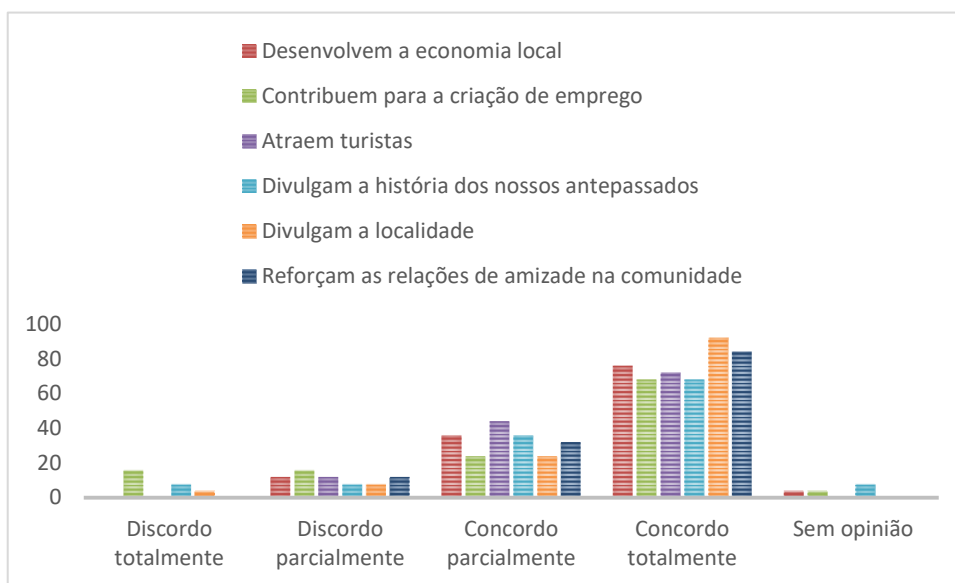
Dos dados recolhidos, é insignificante a percentagem que se auferiu relativamente aos inquiridos que discordam (total ou parcialmente) que as atividades do âmbito cultural contribuam para cada um dos seguintes parâmetros: desenvolvimento da economia local, atração de turistas, divulgação da história dos nossos antepassados, divulgação da localidade e reforço das relações de amizade na comunidade. Excecionalmente, há uma percentagem significativa de inquiridos (12,5%) que discordam (total ou parcialmente) que as atividades do âmbito cultural contribuam para a criação de emprego local.

Será ainda de referir que uma percentagem residual dos inquiridos revelam não ter opinião no quesito que estabelece a relação entre os eventos culturais e pelo menos um dos seguintes parâmetros: desenvolvimento da economia local, contributo para a criação de emprego e divulgação da história dos nossos antepassados.

Não obstante as exceções atrás referidas, de acordo com o Gráfico 4 que a seguir se apresenta, verifica-se que em todas as afirmações (ou parâmetros) os níveis de concordância (parcial e total) sobressaem em relação às restantes opções de resposta.

Constata-se, ainda, que o nível de concordância total recai, particularmente, para a divulgação da localidade, o reforço das relações de amizade na comunidade e desenvolvimento da economia local.

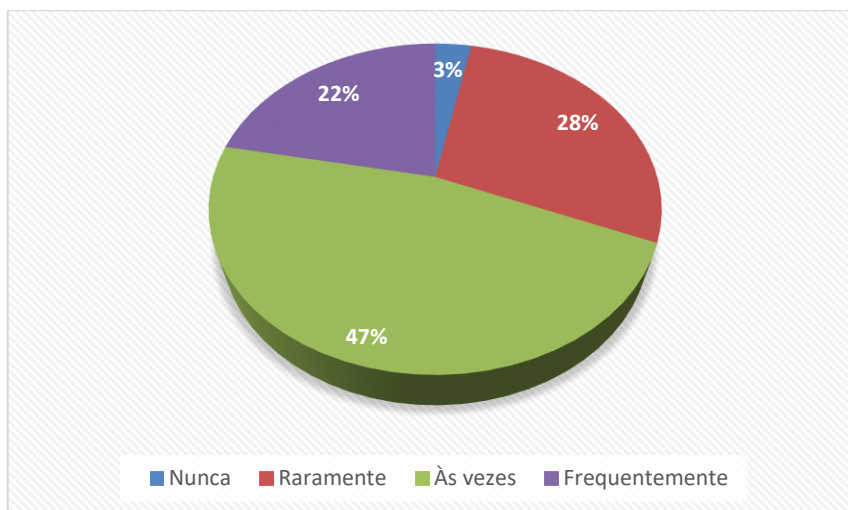
Gráfico 4 – Distribuição do *contributo das atividades do âmbito cultural*



Fonte: Elaboração Própria

Em relação à pergunta que procurava auferir sobre a regularidade com que os baioneses participam nos eventos culturais, conforme se apresenta no Gráfico 5, 47% revelam uma participação pontual, 28% uma participação rara e 3% nunca participam nos eventos.

Gráfico 5 – Distribuição da *participação nos eventos culturais*

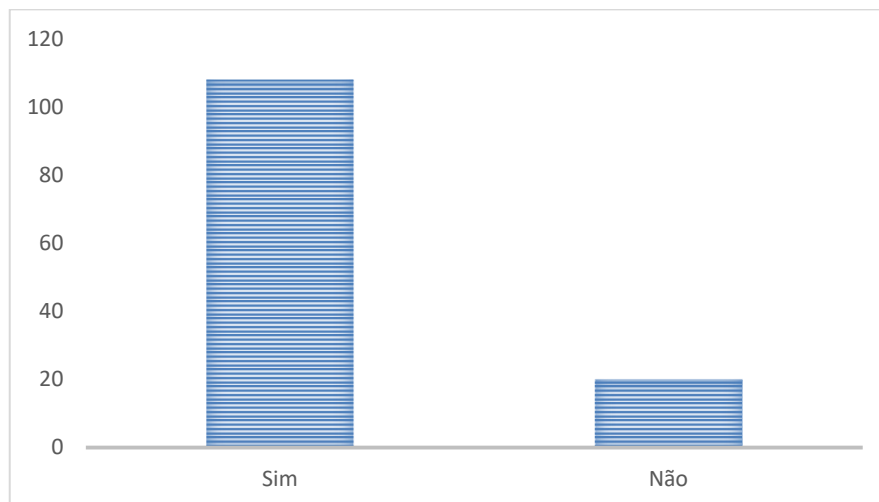


Fonte: Elaboração Própria

Face às respostas dos inquiridos, constata-se que apenas 22% sustenta uma participação frequente nos eventos culturais do concelho.

Em relação à questão que pretendia perceber se, na opinião dos inquiridos, as atividades realizadas no âmbito do PMCT produzem impacto, ou não, na construção da identidade cultural do povo baionense, verificou-se que 84% responde afirmativamente (ver Gráfico 6).

Gráfico 6 – Distribuição do impacto do PMCT na identidade cultural do povo Baionense



Fonte: Elaboração Própria

Por último, foram registadas algumas sugestões no âmbito do Plano Municipal da Cultura e Turismo de Baião.

A um nível apreciativo, foi indicado que o PMCT *“necessita de uma forte reestruturação para a realização de novos eventos culturais”*. Como sugestões, foram apontadas as seguintes:

- Munir estrategicamente o PMCT de um maior volume de atividades que sejam capazes de *“cativar os jovens”*;
- A criação de atividades que permitam o *“envolvimento da população no período de férias”*;
- Decentralizar o PMCT da vila de Campelo, isto é, *“planear atividades diversificadas e viáveis de serem desenvolvidas, equitativamente, por todas as freguesias do concelho”*.
- *“Desenvolver atividades lúdicas em todas as aldeias, principalmente para os mais idosos, aproveitando o espaço das escolas primárias que foram encerradas. Fomentar, desta forma, a criação de emprego e, principalmente, o convívio entre*

as pessoas que se encontram mais isoladas devido à saída dos mais novos para o centro ou para fora do concelho, à procura de melhores condições de vida”;

- Incluir no PMCT um *“Teatro de Rua com prata da casa”*;
- *“Programar eventos/atividades de carácter permanente, que empreguem pessoas do concelho”*;
- Diversificar e intensificar a divulgação dos eventos, *“chegando a informação a todas as aldeias e a todas as pessoas, atempadamente”*;
- Criar um *“roteiro gastronómico e roteiro pedonal junto ao Douro (deste o hotel Douro Royal, passando na Fundação Eça de Queirós, Ponte da Ermida e regresso)”*.

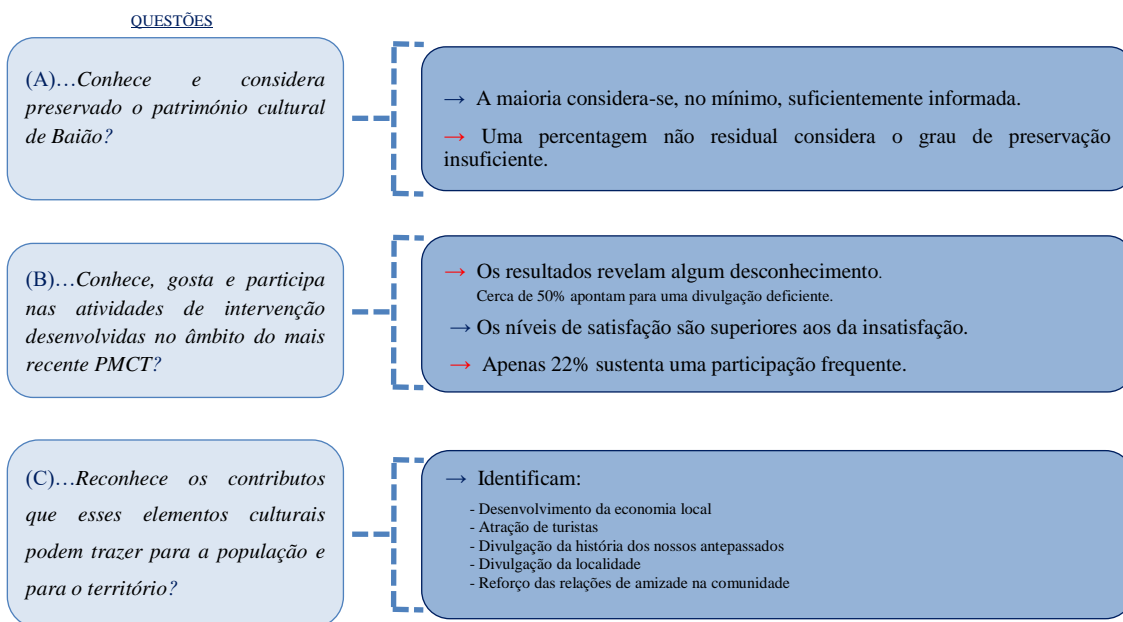
Pelo resultado da análise trabalhada é aceitável retirar que os habitantes evidenciam o sentido identitário do património e reconhecem a sua conveniência para o município.

Consideram, ainda, o património local bem preservado e têm, face ao património e às dinâmicas culturais realizadas localmente, uma atitude minimamente ativa. Nesse sentido, conhecem o património local e estão esclarecidos em relação às manifestações culturais ocorridas num passado recente.

Porém, identificou-se que alguns eventos passaram ainda despercebidos, porventura revelando uma divulgação deficiente. Reconhecem também que as atividades realizadas no âmbito cultural afirmam a região e podem ser um trilha ao desenvolvimento local, repercutindo-se nomeadamente na criação de mais emprego e no crescimento económico da localidade.

Em súmula, apresentam-se na Figura 8 os principais resultados desta investigação.

Figura 8 – Principais resultados da investigação



Fonte: Elaboração própria

As implicações práticas que este estudo de caso pode ter dizem respeito ao PMCT de Baião, que fundamentando-se nestes resultados poderá ter em consideração uma (re)estruturação do plano, que esteja em conformidade com a realidade aqui analisada.

CONCLUSÃO

Neste estudo foram realizadas diversas ações com o fim de esclarecer o contributo dos conceitos-chave de património e de turismo cultural para a promoção de desenvolvimento de uma localidade. Reconheceu o património como fator identitário, assim como identificou a importância do turismo cultural enquanto estratégia de preservação do património e de desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, procedeu a uma caracterização do território em estudo, que seguidamente deu lugar de destaque aos seus infintos pontos de interesse turístico.

Assim, este estudo constituiu uma oportunidade para observar as potencialidades de Baião, em termos culturais, chegando-se à conclusão de que este espaço territorial apresenta valores patrimoniais notáveis que o enriquecem e particularizam como concelho.

O presente estudo teve ainda como finalidade a extração de informações que possam conduzir ao aperfeiçoamento de futuros PMCT do concelho de Baião. Os dados extraídos das conclusões deste estudo dão conta, precisamente, da opinião dos munícipes relativamente ao património existente no concelho e sobre as atividades de intervenção aí desenvolvidas no âmbito cultural. Com efeito, poderão contribuir para a elaboração dos programas, num futuro próximo, permitindo que estes sejam ainda mais fiéis à realidade e que os resultados produzidos se possam traduzir pela satisfação dos interesses da comunidade local. Permitirão, sobretudo, aos responsáveis, (re)definir prioridades e (re)programar atividades culturais que tenham em conta as particularidades apontadas.

Deste modo, pondero ter respondido aos objetivos a que me propus no início deste trabalho. Contudo, são de considerar algumas limitações que estão na base desta investigação e que se prendem tanto com a constituição da amostra como com a escolha do instrumento metodológico.

De facto, confirmou-se que não ficou totalmente garantida a representatividade desejada através da amostra conseguida, pelo que os resultados obtidos não merecem ser generalizados, ainda que não deixem de ser válidos. Foi perceptível também um certo desajuste na escolha da forma de contacto com os inquiridos. Com efeito, justificado por restrições financeiras e de tempo, optou-se pela recolha dos dados através das redes sociais, o que se traduziu na prática por um contacto meramente informal com os inquiridos.

A falta de comunicação gerou uma certa incerteza sobre honestidade das respostas, pelo que se pondera a possibilidade de haver resultados distorcidos. Para tanto, pensa-se que seria um contributo enriquecedor para este estudo a inclusão de depoimentos pessoais conseguidos através de entrevistas de carácter presencial.

Aproveito também este espaço para recomendar à equipa técnica responsável pela elaboração anual do PMCT de Baião a promover o reforço das dinâmicas de preservação do património local e a reformulação do sistema próprio de difusão da informação, usado nomeadamente para a divulgação dos eventos culturais, já que o atual procedimento se mostra, alegadamente, pouco eficiente.

Fica também o indicativo da necessidade de se repensar as dinâmicas de incentivo que estão a ser praticadas, reforçando a promoção de uma atitude ativa da comunidade local nas referidas atividades ou eventos.

Recomenda-se ainda a aplicação regular de questionários de satisfação e de entrevistas aos municípios, pois é de reparar que através dos seus depoimentos os baionenses poderão avaliar continuamente o nível de qualidade dos planos que se cumprem.

Enfim, partilhando da opinião do famoso Ralph Waldo Emerson: “*O que chamamos resultados são começos*”. Este estudo constitui, então, o início de um processo e como tal seria importante dar continuidade a esta análise no tempo. Como tal, no futuro, sugere-se o prosseguimento desta investigação que revise sobretudo um método de avaliação mais adequado. Seria igualmente interessante proceder ao estudo da opinião dos diversos *stakeholders* e dos turistas, analogamente direcionado para o património e para a qualidade oferta turística local.

BIBLIOGRAFIA

- Café, D. (2007). *Património, identidade e memória: proposta para a criação do museu do território de Alcanena*. Consultado a 7 de junho de 2018. Disponível em http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/daniel_cafe.pdf
- Carbone, F. (2006). *Turismo, Património e Sustentabilidade: Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos*. Consultado a 15 de julho de 2019. Disponível em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/8949/1/2007000091.pdf>
- Carvalho, A. (2014). *Reafirmar a Identidade Cultural Local: o Património Cultural Imaterial Local como Recurso*. Consultado a 5 de fevereiro de 2019. Disponível em https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5276/1/FCarvalho_ReafirmIdentCultLocal_PCI_%28Reparado%29.pdf
- Carvalho, P. (2003). *Património Cultural e Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural*. Consultado a 22 de abril de 2018. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Paulo_Carvalho36/publication/312372855_Patrimonio_Cultural_e_Iniciativas_de_Developolvimento_Local_no_Espaco_Rural/links/587bf10208aed3826ae8e499/Patrimonio-Cultural-e-Iniciativas-de-Desenvolvimento-Local-no-Espaco-Rural.pdf
- Carreira, M. (2014). *Identidade e Património: A identidade ibérica - pluralidade de culturas*. Consultado a 2 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3001/5/04.Identidade%20e%20Patrim%C3%B3nio.pdf>
- Cordeiro, A. (2016). *Património Cultural Imaterial – Contextos Globais*. Consultado a 22 de abril de 2018. Disponível em <https://pt.linkedin.com/pulse/patrim%C3%B3nio-cultural-imaterial-contextos-globais-e-da-costa-cordeiro>
- Cunha, L. (2010). *A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário*. Consultado a 22 de abril de 2018. Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/665>
- Gomes, T. (2017). *O perfil e as motivações turísticas: os turistas do concelho de Baião*. Consultado a 27 de maio de 2018. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108625>
- Hill, M.; Hill, A. (2005). *Investigação por questionário* (2ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo: 83-104.
- Julião, L. (2013). *Cidade, Cultura e Turismo. O impacto turístico em Guimarães - Capital Europeia da Cultura 2012*. Consultado a 29 de abril de 2019. Disponível em <file:///C:/Users/Manuel%20Ant%C3%B3nio/Desktop/Novo1-.pdf>
- Lopes, P. (2016). *Património, comunidade e identidade: análise de dinâmicas ocorridas no Espinhal a nível do património cultural*. Consultado a 7 de junho de 2018. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11609/1/PAULA_LOPES.pdf
- Pinto, D., Monteiro, S. & Marques, T. (2010). *Contributos para um guia turístico do concelho de Baião*. Consultado a 14 de junho de 2018. Disponível em <https://pt.slideshare.net/bibliotecaebsbaiao/contributos-para-um-guia-turstico-do-concelho-de-baio>

- PMCT (2017). *Plano Municipal de Cultura e Turismo – 2017-2021*. Consultado a 12 de junho de 2018. Disponível em [file:///C:/Users/Manuel%20Ant%C3%B3nio/Downloads/Plano-de-Cultura-e-Turismo%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Manuel%20Ant%C3%B3nio/Downloads/Plano-de-Cultura-e-Turismo%20(3).pdf)
- PORDATA – Base de dados de Portugal Contemporâneo. Consultado a 27 de maio de 2018. Disponível em www.pordata.pt
- Prado, V. (2011). *O que é Patrimônio Mundial*. Consultado a 22 de abril de 2018. Disponível em <http://patrimonioetelg.blogspot.pt/p/introducao.html>
- Projeto Educativo (2012). *Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil*. Consultado a 22 de maio de 2018. Disponível em <http://www.agrupamento-vale-ovil.edu.pt/eduardo/pe.pdf>
- Projeto Educativo TEIP (2008). *Agrupamento Vertical de Escolas do Sudeste do Concelho de Baião: Projeto Educativo TEIP*. Consultado a 22 de maio de 2018. Disponível em http://aesudestebaiiao.com/images/documentos_escola/projecto_TEIP_sudeste_baiiao.pdf
- Rigueiro, I. (2014). *Desenvolvimento local sustentável: Uma abordagem à sustentabilidade dos projetos de empreendedorismo social*. Consultado a 20 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25685/3/Tese%20-%20In%C3%AAs%20Rigueiro.pdf>
- Rodrigues, D. (2016). *Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica*. Consultado a 31 de janeiro de 2019. Disponível em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>
- Sanalves, D. (2012). *Conceitos e definições do turismo*. Consultado a 2 de maio de 2019. Disponível em <https://pt.slideshare.net/daysanalves/conceitos-e-definies-do-turismo>
- Santana, G. & Simões, M. (2015). *Identidade, Memória e Patrimônio: Festa de Sant’Ana do Rio do Engenho, Ilhéus*. Consultado a 12 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/16353/0>
- Silva, E. (2000). *Património identidade: Os desafios do turismo cultural*. Consultado a 12 de fevereiro de 2019. Disponível em [file:///C:/Users/Manuel%20Ant%C3%B3nio/Downloads/932-Texto%20do%20Trabalho-2281-1-10-20120723%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Manuel%20Ant%C3%B3nio/Downloads/932-Texto%20do%20Trabalho-2281-1-10-20120723%20(1).pdf)
- SECULT – *Secretaria de Estado da Cultura* (2018). Consultado a 22 de abril de 2018. Disponível em <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoas/patrimonio-cultural/principal/textos/patrimonio-cultural-o-que-e>
- Turismo de Portugal (2019). Consultado a 10 de maio de 2019. Disponível em <https://business.turismodeportugal.pt>
- UNESCO (1972). *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Consultado a 13 de fevereiro de 2019. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>
- UNESCO (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Consultado a 13 de fevereiro de 2019. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>

UNESCO. Sítio eletrónico, consultado a 13 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://en.unesco.org/>

UNWTO - United Nations World Tourism Organization (1994). *Recommendations on Tourism Statistics*. Consultado a 2 de maio de 2019. Disponível em https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83e.pdf

UNWTO - United Nations World Tourism Organization (2005). *Definition - sustainable tourism*. Consultado a 2 de maio de 2019. Disponível em <http://www2.unwto.org/content/about-us-5>

Vieira, I. (2014). *Desenvolvimento turístico sustentável em pequenas cidades históricas: O caso de Lamego*. Consultado a 21 de janeiro de 2019. Disponível em <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4298/3/DOCTORAMENTO%20FINAL.pdf>

Visitar Portugal (2018). Consultado a 22 de abril de 2018. Disponível em <https://www.visitarportugal.pt/distritos/d-porto/c-baiao>

VisitBaião (2019). Consultado a 22 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://www.visitbaiao.pt/>

Legislação referenciada

Decreto-lei n.º 215/2006 de 27 de outubro. *Diário da República n.º 208 -1ª Série. Lei Orgânica do Ministério da Cultura*. Consultado a 13 de fevereiro de 2019. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/10/20800/75397548.PDF>

Lei n.º 13/1985 de 6 de julho. *Diário da República n.º 153 -Lei de Bases do Património Cultural*. Consultada a 13 de fevereiro de 2019. Disponível em https://www.igf.min-financas.pt/leggeraldocs/LEI_013_85.htm

Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro. *Diário da República n.º 209 -1ª Série A. Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural*. Consultada a 13 de fevereiro de 2019. Disponível em <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>

Decreto-lei n.º 215/2006 de 27 de outubro. *Diário da República n.º 208 -1ª Série. Lei Orgânica do Ministério da Cultura*. Consultado a 13 de fevereiro de 2019. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/10/20800/75397548.PDF>

ANEXOS

(Inquérito por questionário aplicado no âmbito do estudo efetuado)

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO À POPULAÇÃO DO CONCELHO DE BAIÃO

Este inquérito por questionário é parte integrante do Curso de Gestão do Património Cultural e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, desenvolvido pelo aluno Manuel António Pereira da Silva.

Pretende-se com este estudo investigar a opinião dos Baionenses em relação ao património existente na região e perceber se a comunidade está receptiva às atividades de intervenção desenvolvidas no âmbito cultural.

Por favor, dispense alguns minutos do seu tempo para preencher o questionário seguinte. As respostas são confidenciais e para uso exclusivo do estudo.

GRUPO A

I. Conhecimento e valorização do património de Baião

(Use, para cada questão, a escala indicada)

1. Dos seguintes elementos culturais e patrimoniais próprios do concelho de Baião, evidencie o grau de informação que tem sobre eles:

	Fraco	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito bom
Mosteiro de Santo André	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conjunto Megalítico da Serra da Aboboreira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fundação Eça de Queirós	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Museu Municipal de Baião	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Museu Rural e Etnográfico Casa do Lavrador	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Loja Interativa de Turismo de Baião	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Biscoito da Teixeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Arte das Bengalas de Gestaçô	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Arte da Cestaria de Giesta Piorna de Frende	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2. Como considera o grau de conservação do património cultural de Baião?

Fraco	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito bom	Sem opinião
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. Das manifestações culturais que se seguem e que decorreram recentemente em Baião, evidencie o grau de informação que teve sobre elas:

Atividade	Fraco	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito bom
Encontro de Cantadores de Janeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desfile de Carnaval (concelhio)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Feira do Fumeiro, do Cozido à Portuguesa e dos Vinhos de Baião	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Feira do Vinho Verde e das Tasquinhas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sarau Anual de Dança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Noite dos Museus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Feira do Queijo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Feira da Primavera	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maio Cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.1. Especifique o seu grau de satisfação em relação às mesmas atividades culturais:

Atividade	Fraco	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito bom	Sem opinião
Encontro de Cantadores de Janeiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desfile de Carnaval (concelhio)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Feira do Fumeiro, do Cozido à Portuguesa e dos Vinhos de Baião	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Feira do Vinho Verde e das Tasquinhas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sarau Anual de Dança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Noite dos Museus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Feira do Queijo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Feira da Primavera	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maio Cultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

GRUPO B

II. Identidade cultural e desenvolvimento local

(Use, para cada questão, a escala indicada)

4. Refira o contributo que o património e as atividades de intervenção desenvolvidas no âmbito cultural podem trazer para a população e para o concelho de Baião.

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Sem opinião
Desenvolvem a economia local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuem para a criação de emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atraem turistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Divulgam a história dos nossos antepassados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Divulgam a localidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reforçam as relações de amizade na comunidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. Com que regularidade participa nos eventos culturais realizados no concelho?

Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. Sente que as atividades desenvolvidas no âmbito do Plano Municipal de Cultura e Turismo promovem a construção da identidade cultural do povo Baionense?

Sim	Não
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. Apresente sugestões no âmbito do Plano Municipal da Cultura e Turismo de Baião.

GRUPO C

III. Caracterização do(a) inquirido(a)

Indique, facultativamente, alguns dados identificativos. As respostas são anónimas e confidenciais, visando apenas caracterizar, de forma geral, os(as) participantes no estudo.

8. Género:

Feminino	Masculino
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. Idade:

Até 19 anos	20 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 79 anos	80 ou mais anos
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. Grau de escolaridade:

Se for detentor(a) de um grau incompleto, indique o último grau que completou.

Sem escolaridade	<input type="radio"/>
1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	<input type="radio"/>
2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	<input type="radio"/>
3º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente (9º ano)	<input type="radio"/>
Ensino Secundário ou equivalente (12º ano)	<input type="radio"/>
Ensino Superior - Bacharelato ou Licenciatura	<input type="radio"/>
Ensino Superior - Mestrado	<input type="radio"/>
Ensino Superior - Doutoramento	<input type="radio"/>

11. Há quantos anos reside no concelho de Baião?

Menos de 1 ano	1 ano ou mais	Não resido no concelho
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11.1. Se reside, indique a freguesia de residência atual:

Ancede e Ribadouro	<input type="radio"/>
Campelo e Ovil	<input type="radio"/>
Frende	<input type="radio"/>
Gestaçô	<input type="radio"/>
Gôve	<input type="radio"/>
Grilo	<input type="radio"/>
Loivos do Monte	<input type="radio"/>
Loivos da Ribeira e Tresouras	<input type="radio"/>
Santa Leocádia e Mesquinhata	<input type="radio"/>
Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	<input type="radio"/>
Santa Marinha do Zêzere	<input type="radio"/>
Teixeira e Teixeiraó	<input type="radio"/>
Valadares	<input type="radio"/>
Viariz	<input type="radio"/>

O seu questionário termina aqui. Obrigado pela sua participação.